Capítulo 3 - As narrativas de viagem estrutura, circulação, representação e imaginário

Marina de Oliveira Soares

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SOARES, M. O. As narrativas de viagem: estrutura, circulação, representação e imaginário. In: *O harém ao rés do chão: imaginário europeu e representações médicas sobre o lugar-segreto*, 1599-1791 [online]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2017, pp. 191-297. ISBN 978-85-68576-81-6. <https://doi.org/10.7476/9788568576816.0005>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

As narrativas de viagem: estrutura, circulação, representação e imaginário

Nos dois primeiros capítulos, propôs-se a tarefa de levantar as observações feitas por dois grupos distintos de viajantes acerca do harém islâmico. O uso de tais narrativas se justifica em razão de (i) os períodos distintos em que foram empreendidas as viagens, (ii) as origens e formações múltiplas dos autores e (iii) as diferenças de propósito destes viajantes. A presença ou ausência do tema referente ao harém ou ao serrallo, assim como à sexualidade islâmica, foi, portanto, consequência de tais escolhas. Sendo assim, é possível agora comparar as informações expressas por tais autores e, ao mesmo tempo, inseri-las no cenário social⁵³ em que elas foram elaboradas, de modo

⁵³ Se o século XVIII ficou conhecido como o “século das Luzes” (WILSON, 2008, p. 141-157), nos Seiscentos, a Europa vivia uma crise generalizada, marcada por revoluções políticas, crises de abastecimento de alimentos, além do alastramento de doenças e intempéries climáticas. Sobre isso, ver

que seja possível questionar tanto as bases de construção de tais narrativas quanto o espaço de representação que elas criaram.

Estes textos, identificados como *travel literature* ou *récit de voyage*, guardam semelhanças que podem ser encontradas durante o seu processo de elaboração e de recepção. Ou seja, esse tipo de literatura consagrou-se em um gênero que somente pôde ser assim entendido porque a sua estrutura era rapidamente identificada pelo público-leitor. O elemento mais destacado deste gênero encontra-se na forma como o autor anunciava as novidades a seu leitor, isto é, a sua *narrativa*. Sobre isso, Michael Harrigan, inspirando-se em Paul Ricoeur, destaca o sentido maior, o espírito por assim dizer, de uma narrativa de viagem: a necessidade de organização – ou reorganização – dos dados coletados na viagem em uma “obra de síntese” que deveria possuir “coerência e unidade”. Essa tessitura coesa foi entendida muitas vezes como uma condição que não dependia apenas dos dados em si, mas de circunstâncias externas ao texto. Tal construção textual deveria considerar os intentos do próprio autor, além das posições editoriais daquele que promovia a publicação do texto. É provável, além disso, que a conjuntura social a influenciasse. Este tema será discutido com mais vagar ao longo do item “Circulação das ideias”.

Fazendo-se um percurso pelas narrativas mencionadas nos Capítulos 1 e 2, é possível notar três importantes mudanças nos títulos. A primeira delas se refere ao uso da palavra “aventuras” no título de T.S. e não do já

Trevor-Roper, 1959, p. 31-64 e Munck, 1989.

consagrado emprego de “viagem” [*Travel* ou *Voyage*]. Ademais, T.S. afirmava que o seu texto havia sido publicado em virtude da insistência de alguns amigos. Esta posição de certo desinteresse do autor poderia não apenas levá-lo a ganhar leitores – curiosos por descobrirem o que seu texto trazia de novidade e de diferente em relação às narrativas anteriores –, como também isentá-lo eventualmente da completa responsabilidade acerca da veracidade das informações.

A segunda mudança ocorreu na obra do francês Michel Baudier. O autor não apenas deixou de mencionar o termo “viagem”, como inseriu a palavra “História” [*Histoire*], denominação, aliás, usada por ele em vários de seus livros. Como citado no primeiro capítulo, este autor pode não ter empreendido qualquer viagem às terras do leste do Mediterrâneo. Nesse caso, o não uso do termo “viagem” poderia ser compreensível. É importante considerar, contudo, que o emprego ou a ausência da palavra “viagem” não devem ser vistos como uma mera opção de seu autor. Esta questão, de outro modo, relacionada ao desenvolvimento da narrativa, pode nos dar pistas sobre os objetivos não explícitos de seus autores.

Uma terceira mudança nos títulos das narrativas apareceu nas obras dos viajantes ingleses do século XVIII citadas no Capítulo 2. Os seus autores inseriram quatro novas formas de nomear a literatura de viagem: Cartas, em Montagu; Descrição, em Pococke; Jornada, em Craven e Turnê, em Lempriere. É certo que essa mudança se devia a uma tradição do mercado literário em publicar relatos de viagem, o que tornava, portanto, facultativa a indicação do termo “viagem” nos títulos das narrativas. Havia,

com o fato de terem de se identificar para os comerciantes (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 51-52). Diferentemente dos manuscritos, os impressos não poderiam ser modificados por copistas, recebendo acréscimos ou subtrações, como conviesse àquele que fazia as cópias. As exceções ficavam certamente a cargo de reimpressões que inseriam modificações e acréscimos.

Os impressos, de outro modo, possuíam características que poderiam soar como desvantajosas aos homens e às mulheres escritores da época. Como mencionado, a identificação do autor e a circulação da obra para além de pequenos grupos de amigos ou de clubes são duas delas. Por tais razões, é compreensível que muitos escritores não quisessem trazer o seu texto a público, o que levou vários deles a imprimirem as suas anotações sob um pseudônimo – como fez William Biddulph –, ou sem identificação de autoria, como foi o caso de T.S. e de Lady Mary Montagu.

Havia mais a ponderar. Os escritores, com atenção especial aos viajantes, estavam submetidos a um quase sempre tenso cenário diplomático, político, comercial, sem mencionar as diferenças mesmas culturais e religiosas entre os que iam viajar e as sociedades visitadas. Em virtude disso, citar personagens que lhes eram contemporâneos, refletir sobre situações diplomáticas e comerciais ou criticar as diferenças culturais e religiosas entre o país de origem e o país estrangeiro tornavam seguramente a decisão de publicar o seu texto difícil.

Um texto publicado, contudo, não deve ser encarado como sinônimo da impressão dos registros, das ideias, das anotações *ipsis litteris* de seu autor. A narrativa de viagem estava assentada tanto nos apontamentos do viajante

quanto nos possíveis direcionamentos de seu editor. Ainda que não seja objeto deste livro, deve-se considerar o papel do próprio tradutor. Sobre isso, pode-se citar o caso do tradutor inglês do viajante Jean Chardin, o joalheiro francês citado no Capítulo 1. No *Prefácio*, o tradutor inglês afirmava que não havia feito qualquer alteração no original, pois o livro continha apenas “fatos autênticos” (ADAMS, 1983, p. 95).

Intervenção similar pode ser encontrada na tradução ao francês da obra do alemão Adam Olearius (1603–1671). A edição de sua viagem à Pérsia foi publicada em francês em 1666, e o seu tradutor, o diplomata holandês Abraham de Wicquefort, fez questão de ressaltar como o texto de Olearius havia sido “enriquecido” pelos “belos comentários” feitos a partir de outros viajantes, como Emmanuel Osorio, Massée e os principais viajantes holandeses. Cabe lembrar que muitas modificações haviam sido feitas pelo próprio tradutor (HARRIGAN, 2008, p. 106). Interferências do tradutor e do editor eram bastante recorrentes e, como afirma Harrigan, “mesmo o mais simples dos relatos de viagem, aqueles que mais refletiam as circunstâncias de sua composição, frequentemente exigiam adaptação antes de serem apresentados ao público” (p. 102).

O certo é que o volume de textos impressos se multiplicou ao longo do século XVII. Como lembra Peter Burke, dada a quantidade crescente de novas publicações, tornou-se comum a produção de “bibliografias selecionadas” e, em fins do século XVII, eram feitas “resenhas das novas publicações” (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 29). Antes disso, desde a “Idade Média”, era possível observar o registro da experiência de viagem em formato de texto com vistas

a orientar o futuro viajante. Para Percy Adams, no período medieval e no início da Renascença europeia, poucos gêneros literários eram tão frequentemente encontrados, fossem em rolos, fossem em textos impressos, como os itinerários e os guias locais. Estes cobriam rotas da “Europa ocidental a Roma, a Jerusalém e a outros santuários, como Santiago de Compostela” (ADAMS, 1983, p. 39). Desse modo, é possível acreditar que os “guias de viagem” fossem conhecidos dos europeus durante e até mesmo antes do século XVII.

Para Adams, essa tradição dos “guias de viagem” é sintomática do aumento da popularidade das viagens, tanto na Inglaterra quanto no restante da Europa. Os ingleses e os franceses, especialmente, produziram inúmeros volumes para orientar futuros viajantes. É Adams quem nos indica o primeiro guia de viagem para os ingleses. Trata-se do Capítulo 16 em particular do livro *Chronicle*, de Raphael Holinshed, de 1577. O mais conhecido, contudo, seria o texto de James Howell, *Instructions for forreine travel*, de 1642, que teve numerosas edições. Na França, a popularidade ficaria por conta do guia de Jesuit de Varenne, em *Voyage de France*, de 1639, que teve, ao menos, nove edições até 1687 (ADAMS, 1983, p. 40). As viagens haviam se introjetado de tal maneira na sociedade europeia, que não consistirá em espanto verificar a produção de textos instrutivos sobre esse assunto pela *Royal Society*. Em 1665, esta Sociedade científica publicou três ensaios com orientações àqueles que fossem viajar pelos mares, intitulados *Directions to Seamen* (ADAMS, 1983, p. 40). Essa intensa produção de guias, orientações, itinerários, mapas, podia tanto servir para orientar e facilitar o traje-

mado para a Espanha. O primeiro livro era elogiado pelo seu caráter de novidade, além de ser agradável; e o outro, pela descrição particular dos costumes (DE HEDOVILLE, 1665, p. 89).

Esses elementos nos permitem apontar a importância da literatura de viagem no início e no correr da modernidade, ao mesmo tempo que abrem espaço para se aventar o vasto terreno de criação – descolado da realidade – aberto por e para esses autores. Sobre isso, Henry Blount afirmava que o testemunho ocular, somado à “imaginação”, poderia engendrar um cenário “mais completo, forte e intuitivo” do que os registros de viagem anteriores (1636, p. 3). Nesse sentido, o texto de viagem poderia fomentar ideias, imagens, representações diversas nos leitores diretos e também naqueles que pudessem ter acesso às obras de alguma forma – fosse por meio das imagens presentes nos relatos, ou pela disseminação oral desses relatos. De uma maneira ou de outra, estes dois grupos estavam sujeitos à interferência de tais criações.

Esta “rede de informações” foi se tornando possível – e cada vez mais legítima – porque, além dos dados constantemente reiterados pelos autores, estabeleceu-se também um padrão textual, uma estrutura à qual muitos viajantes recorriam a fim de construir, modelar e revisar o seu próprio texto. Então, ainda que cada autor guardasse determinada autonomia na formulação de sua narrativa, é certo que também seguisse esse padrão corrente que costurava o tema da viagem a uma forma particular de escrever sobre ele.

Diante disso, pode-se pensar a composição do relato de viagem a partir de duas instâncias. A primeira

delas refere-se aos elementos que ajudam a formar o texto, caracterizando-o enquanto uma obra de viagem. Aqui se podem apontar a experiência empírica do autor, as influências recebidas de outros relatos e a particularidade criada por esse tipo textual. Em uma segunda camada, há os elementos que constituem a tessitura da narrativa, o que permitirá, entre outras coisas, situar essa literatura dentro de um gênero conhecido como *narrativa de viagem*.

O primeiro grupo de fatores pode ser facilmente apreendido assim que começamos a ler um viajante-autor do período aqui estudado. A diferença inicial que se estabelecia entre ele e qualquer outro autor era a relação testemunhal que o viajante exibia diante de seu “objeto”, no caso, a sociedade visitada. O impacto do “eu mesmo vi” era inegável em uma sociedade que definia, com cada vez maior solidez, as suas bases de elaboração científica, ressaltando, entre elas, a importância do empirismo. É certo que, ainda no século XVII, havia a presença de elementos mágicos na filosofia natural. Desse modo, se “Kepler via o universo de uma forma mágica”⁵⁴, ainda assim, ele poderia se opor ao ocultista inglês Robert Fludd (1574–1637), acusando-o de “falta de empirismo” (BURNS, 2001, p. 178). De qualquer maneira, encontraremos no relato do viajante Henry Blount a afirmação de que os olhos mantinham a relação mais imediata com a alma (1636, p. 3).

A experiência empírica era o primeiro elemento a unir esses autores de viagem. Era ela que propiciava as relações entre o autor e a sociedade visitada e incitava a produção textual derivada desse contato. Esse fato possuía

⁵⁴ Sobre isso, ver Cassirer, 1986, p. 301-343.

tanta força, que a própria confirmação da viagem poderia indicar que o autor estava relatando a *verdade* sobre a sociedade estrangeira, de modo que esse indicativo de veracidade foi usado tanto quanto possível pelos viajantes. Não era o objetivo principal dos autores de viagem esboçar reflexões científicas sobre a experiência empírica de suas viagens. Contudo, é pouco provável que eles desconsiderassem as preocupações dessa ordem em uma sociedade em que os próprios membros da *Royal Society* empreendiam viagens com fins científicos⁵⁵.

Valendo-se ou não de autores já publicados, copiando informações não verdadeiras, ou criando um registro calcado integralmente na sua experiência empírica, o fato inegável é que os viajantes haviam conquistado o seu espaço na literatura e eram, por isso, reconhecidos. Os seus leitores sabiam o que poderiam encontrar nessas narrativas: conhecimento, diversão, relatos curiosos sobre lugares não familiares aos europeus. Isso não impediu, contudo, que houvesse um questionamento em torno da veracidade dessas narrativas. Muitas delas eram vistas com desconfiança pelo público. Tema a ser tratado no próximo item.

O outro elemento dessa primeira instância, já citado anteriormente, é a apropriação de ideias de viajantes anteriores ou contemporâneos. O que hoje se configura como prática corrente no discurso literário, ou seja, a menção a outros autores, somente poderia compor determinada narrativa de viagem porque o autor citado era minimamente conhecido e lido pelo grupo social em questão. Sobre isso,

⁵⁵ Um destes renomados viajantes no século XVII foi o filósofo natural inglês Robert Boyle (1627–1691) (ILLIFE, 1998, p. 357-385).

basta lembrar que, dentre os autores de viagem do século XVIII citados no Capítulo 2, todos eles ou indicaram o(s) nome(s) de outro(s) viajante(s) ou afirmaram de maneira genérica sobre viajantes que haviam visitado o lugar em que ora estavam.

Dentro disso, e como a produção desse tipo de narrativa se tornava mais volumosa, os viajantes precisavam ressaltar a especificidade de seu texto em relação aos vários outros produzidos até então. É o que fez William Lempriere logo no início de seu registro. Ele alegava estar “facilmente persuadido a abraçar a oportunidade de visitar uma região tão pouco conhecida para os viajantes europeus e empreender esse singular [e como era geralmente considerado] serviço extremamente perigoso” (1800, p. 2). Desse modo, o relato sobre o Marrocos poderia despertar mais atenção, pois havia, comparativamente ao Império Otomano ou à Pérsia, um número menor de narrativas a seu respeito.

Um texto de viagem era construído em forma de cartas, de ensaios, de peça teatral, de poema. Mas, pelo fim do século XVI, o formato mais comum passou a ser o relato que “combinava uma narrativa cronológica dos movimentos e dos eventos com observações geográficas e etnográficas” (HULME; YOUNGS, 2002, p. 30). Como pudemos notar até aqui, mesmo os autores que utilizavam o formato epistolar – como era o caso de Mary Montagu, Elizabeth Craven e Tournefort –, organizavam o seu texto a partir de uma sucessão cronológica dos acontecimentos presenciados na sociedade estrangeira.

Uma vez que a “narrativa de viagem emergia como um dos gêneros mais populares e flexíveis no início do

período moderno”, é certo que ela consistia no entretenimento dos leitores (HULME; YOUNGS, 2002, p. 20). Isso significava o interesse dispensado pelo autor à construção de um texto agradável e de fácil entendimento. Não se trata de afirmar que os viajantes não estivessem preocupados com a forma de suas narrativas. É fato que o valor maior do texto estava no relato da experiência do narrador. Mas quando lemos em Chardin a afirmação de que não se devia esperar “pureza” de um autor que passara tantos anos fora de seu país – ao contrário dos que frequentavam a Academia todos os dias –, pode-se pensar que a sua reflexão já indicava um estilo de escrever (CHARDIN, 1686, tomo 1, p. xiii)⁵⁶.

Em geral, os textos eram bastante longos, mas pausados em um vocabulário simples e em frases objetivas. A preocupação com a maneira de construir o texto pode ser lida em Lempriere, quando ele afirmava que as suas informações sobre o Marrocos “serão capazes de levar o leitor a acompanhar com mais satisfação e proveito as páginas seguintes desta narrativa” (1800, p. 62). O mesmo fez Henry de Beauvau quando já ao final de seu livro advertia que não empregara qualquer retórica, mas escrevera “em termos simples” para não deixar o livro muito longo. Essa forma concisa de escrever era necessária, em sua visão, porque permitiria o prazer dos leitores (BEAUVAU, 1608, p. 241).

⁵⁶ Posição similar era apresentada por Courmenin, como citado no Capítulo 1, e por Beauvau que defendia a ausência de um estilo elaborado, o que possibilitaria mostrar tudo o que ele vira no “seu estado natural” (1608, p. iii).

A segunda instância da produção de tais relatos é a que possibilita verificar em que medida as tramas de uma narrativa de viagem eram similares a qualquer outra narrativa desse tipo, o que autorizaria supor o estabelecimento de uma estrutura, um padrão, a partir do qual se arquitetava a criação e, portanto, a constituição de um gênero textual propriamente dito. Aqui será necessário considerar os personagens que faziam parte do enredo da narrativa, assim como o desenvolvimento de suas ações, compreendido dentro de um intervalo de tempo.

Um primeiro fio dessa trama narrativa é a presença e a ação do viajante-autor. Diferentemente de outros autores – ficcionais ou não – que também poderiam ser oniscientes, o viajante não só conhecia os meandros da história narrada, como também participava dela. Ele possuía conhecimento, portanto, sobre o tempo relacionado às próprias ações e à ação dos outros personagens. Ou seja, o viajante estava tomado concomitantemente pelo que podemos chamar de “tempo de si” – em uma alusão ao tempo do sujeito em Paul Ricoeur – e pelo tempo cronológico que remetia à ação do tempo histórico.

O processo de escritura da narrativa poderia ser feito à medida que o viajante percorresse as regiões estrangeiras ou no momento em que retornasse a seu país. É possível encontrar viajantes que mantinham anotações regulares sobre as suas experiências. Jean Chardin é um exemplo desse caso, já que levava consigo um “diário de bordo” que ele chamava de *Mémoire* (MCCABE, 2008, p. 113). Ainda que fosse desse modo, uma narrativa tão extensa como a de Chardin deve ter sido organizada posteriormente à sua viagem. Outro exemplo dessa ordenação

da narrativa, pós-viagem, pode ser encontrado em Lempriere. No capítulo XI de seu livro, uma nota era aberta para indicar que o tema das roupas mouras seria tratado adiante (LEMPRIERE, 1800, p. 208). De um modo ou de outro, ainda que os viajantes buscassem registrar cada experiência vivida, dificilmente poderiam apreender todos os eventos ocorridos, nem poderiam narrá-los integralmente a seus leitores. Os viajantes lidavam, portanto, com a passagem do tempo, com aquilo que não era mais. Como se poderia, então, retratar esse tempo passado?

Ricoeur tentou resolver essa questão através de Agostinho. No Livro XI das *Confissões*, o teólogo cristão defendia que era ao espírito que devíamos retornar para que nos aproximássemos da medida do tempo. A permanência [*manet*], mais do que a passagem do tempo [*transire*], é que interessava a Agostinho. Nas suas palavras: “a impressão que as coisas passando deixam em ti aí permanece (manet) depois de sua passagem, e é ela que meço quando está presente, não essas coisas que passaram para produzi-la” (AGOSTINHO, 397-400 apud RICOEUR, 1994, tomo 1, p. 37).

Se as imagens ficam impressas na alma, como insistia o teólogo, é preciso que o sujeito opere o movimento entre a passividade e a atividade. Ele alertava que “a impressão só está na alma enquanto o espírito age, isto é, espera, está atento e recorda-se” (AGOSTINHO, 397-400 apud RICOEUR, 1994, tomo 1, p. 39). Ainda que o objetivo aqui não seja tratar em profundidade a teoria de Agostinho, cabe notar que a sua análise sobre o tempo está assentada no presente. Então, tomando como princípio a estrita relação entre o tempo e o presente, o teólogo confessaria: “vejo (*video*) três tempos”, e estes podem ser nomeados de

presente do passado, presente do presente e presente do futuro (AGOSTINHO, 397-400 apud RICOEUR, 1994, tomo 1, p. 28).

Enquanto o presente do presente é marcado pela continuidade, e o presente do futuro, pela espera, temos no presente do passado a atuação da memória. Retornamos, assim, ao problema colocado anteriormente. Se certas imagens permanecem na alma, então, é possível acessá-las através da memória. O processo compreende a extensão da memória às imagens passadas. A atenção, que é um elemento do tempo presente no sujeito, move-se daquilo que era futuro para transformá-lo em passado. Desse modo, o porvir narrativo se constrói, tornando-se um ato do tempo passado.

Esse exercício de recordação era revelado por alguns viajantes-autores de forma literal no decorrer da própria narrativa. No caso de William Lempriere, a rememoração de lugares, cenários e impressões era um recurso que, se por um lado, mantinha a ordem da narrativa, por outro, permitia que o leitor, ele mesmo, se situasse dentro do enredo textual. Assim, o médico propunha uma pausa, afirmando que “talvez não seja inadequado fazer uma curta revisão da aparência geral do país através do que eu passei na minha jornada desde Tanger” (LEMPRIERE, 1800, p. 56). Vale ressaltar que Tanger foi a primeira cidade visitada pelo médico.

O outro tempo da narrativa remete à extensão histórica ou à apreensão feita pelo viajante da sucessão cronológica dos eventos. É importante notar que esse tempo cronológico não se caracteriza pela extensão do tempo histórico tal e qual uma sequência ininterrupta de aconte-

cimentos. Nenhum viajante, por suposto, deixou registradas as suas ações e as dos outros personagens tomadas de uma sucessão tão vasta quanto o período vivido, nem tão literal quanto as experiências aí situadas. A temporalidade, de outro modo, é modulada pela linguagem, “na medida em que essa configura e refigura a experiência temporal” (RICOEUR, 1994, tomo 1, p. 87). Contudo, ainda que a narrativa não seja um retrato sincrônico e diacrônico de todos os momentos que se sucederam neste tempo e neste espaço determinados, os eventos neles ocorridos só podem ser percebidos dentro do tempo histórico.

Não seria possível abarcar todos os acontecimentos do mundo dentro da narrativa. Mas, da mesma maneira, a narrativa se desenvolve dentro do que Ricoeur chamou de “tempo dos acontecimentos do mundo” (RICOEUR, 1994, tomo 1, p. 67). Então, o viajante-narrador era inicialmente limitado pela extensão temporal de sua própria experiência e, depois, na elaboração do seu registro, precisaria situar esse tempo dentro da extensão de sua narrativa. Não bastassem esses dois elementos, os viajantes-autores muito frequentemente indicavam episódios históricos da região visitada a fim de explicar aos leitores o cenário retratado.

Não era apenas a sua experiência que compunha o conjunto dos conhecimentos obtidos na viagem. O viajante-autor precisaria lidar, além disso, com as ações dos outros personagens. Ou seja, novamente deveria recorrer a balizas temporais a fim de ordenar a extensão de tais ações. Portanto, teríamos um tempo que se construía por meio do tempo cronológico, mas ordenado pelo tempo do sujeito-narrador, isto é, o viajante. Como pensava Ricoeur a partir de Aristóteles, a organização da narrativa consiste

em buscar uma conexão entre os eventos, o que ele chamava de “tessitura da intriga”. Em outras palavras, o autor deveria selecionar e ordenar os acontecimentos e as ações, fato que colocava grande ênfase no transcurso da *ação* dos *personagens* (RICOEUR, 1994, tomo 1, p. 65).

Encarar os personagens como agentes históricos é essencial para se pensar o desenrolar dos eventos. Mais do que isso. É a ação dos personagens – dentre outros elementos – que permite a Ricoeur desenhar uma teoria da explicação em História. Como ele escreveu, “o próprio agente tem o poder de fazer o que ele faz” (RICOEUR, 1994, tomo 1, p. 203). O que uma “teoria da ação” nos indicaria é que há um encadeamento coeso entre os eventos praticados por seus personagens. Ou seja, podemos encontrar nesse processo uma conexão entre os acontecimentos, um elo de causalidade, que não só permite pensar na sucessão dos episódios, como, ao fazê-lo, explicar porque eles ocorreram dessa forma e não de outra. Por tais razões, a narrativa de viagem – ainda que tivesse os seus episódios deliberadamente reinventados pelo autor – deveria responder a uma ordenação temporal que abarcaria uma sucessão de eventos e que seriam, por sua vez, dispostos através do princípio da coerência. Esses componentes eram movidos, por suposto, pela experiência empírica de seu autor, podendo ser apontados ao longo do texto e, se assim fosse o caso, comparados com as narrativas de outros viajantes-autores, como veremos mais adiante.

A julgar pela quantidade de narrativas de viagem publicadas, pela marcação de características próprias desse texto e pela sua disseminação, é possível confiar no seu consumo por um determinado público-leitor. Mas será

preciso investigar, na mesma medida, a discussão levantada acerca da veracidade desses textos e, por conseguinte, o grau de confiabilidade que o gênero alcançou diante de seu público. Somente dessa maneira é que se poderá pensar na homogeneidade de representações que a narrativa sustentou dentro da sociedade em que ela foi produzida.

3.2 As similaridades entre os registros de viagem

Além da organização narrativa analisada no item anterior, será preciso considerar a forma como tais narrativas eram encaradas pelo público em geral. O tratamento dado aos *eventos presenciados* e, na mesma medida, a maneira como os viajantes lidavam com as informações ou com as impressões acerca da sociedade visitada nos levam à questão sobre a veracidade de suas observações. Isto é, a partir de quais bases um viajante, ou um leitor, poderia asseverar que determinado registro de viagem era *real* ou *inventivo*?

Some-se a isso uma prática bastante comum nesse tipo de literatura. Como já pudemos observar anteriormente, era corrente a apropriação de narrativas já publicadas – fosse esta referenciando o autor citado ou fazendo-se uso de suas informações sem quaisquer créditos. William Lempriere, o médico inglês, diria textualmente que “de acordo com a *opinião de alguns viajantes* [...]”, havia muito perigo em viajar por aquele país [Marrocos], em razão dos animais selvagens (1800, p. 59, grifo meu). Outros mencionavam trechos inteiros de obras anteriores, como fez o clérigo William Biddulph em relação ao livro de Nicolas de Nicolay.

Esses dois componentes revelam tanto um princípio de ordem teórica quanto de ordem social. Como o problema da veracidade era inicialmente remetido à construção do texto, à narrativa de viagem era imputado o *status* de “mentirosa”. Como defendia Voltaire, podia-se encontrar dentre os viajantes “a maior parte das mentiras que são impressas” (ADAMS, 1983, p. 87). Essa crença o levou inclusive a zombar da credulidade de John Locke em relação à literatura de viagem (PAXMAN, 1995, p. 464). Essa forma de encarar a narrativa não estava desvinculada, por suposto, das configurações do “pensamento social europeu”. O discurso textual era, ao mesmo tempo, motor das ações coletivas e espaço de recepção de tais ações. Eis a função dialógica do texto que pretendo explicitar neste item.

Considerando-se as recorrentes afirmações acerca da falsidade dos escritos de viagem – fossem saídas da própria pena de um viajante inglês, como Joseph Spence, na primeira metade do século XVIII, ou de um dramaturgo irlandês, como George Farquhar, no mesmo século (ADAMS, 1983, p. 82) –, duas formas de lidar com esse problema poderiam surgir. A primeira delas implicaria na denúncia e, dada a possibilidade de averiguação, no esclarecimento da mentira veiculada. Na impossibilidade de se verificar tal informação, esta poderia ser simplesmente recusada. Havia situações, de outro modo, em que textos que não nasciam da experiência empírica sequer eram questionados. Sobre isso, basta lembrar o caso do *Journal des Sçavans* que em 1759 citou quatro textos de viagem como verídicos. Os livros, que deviam muito à inventividade de seus autores, eram convincentes o bastante para ser tomados como autênticos (ADAMS, 1983, p. 74).

Se, contudo, alguns textos de viagem antes mesmo de 1800 eram vistos frequentemente por seus leitores – e até mesmo por seus autores – como “mentirosos”, não é menos certo que eles tenham atingido em cheio o gosto do público. A literatura de viagem era encarada por seus críticos – e até mesmo por seus leitores – como um gênero entre a história e a ficção (ADAMS, 1983, p. 86). Condição que, se por um lado, poderia levar a preocupações sobre a autenticidade das informações, criava, de outro modo, um cenário de recepção, de partilha e seguramente de circulação para tais textos. Informar, mas através de diversão e de entretenimento, era uma prática muito corrente nesse gênero (HARRIGAN, 2008, p. 12).

Dadas as recorrentes acusações de falsidade das narrativas, passou-se a discutir o seu *status* literário que era também social. Sobre isso, os autores responderam de duas formas. Havia, de um lado, um esforço por convencer o público-leitor acerca da confiabilidade desses relatos e, para tanto, os viajantes faziam uso de recursos estilísticos, temáticos ou experienciais a fim de ressaltarem a veracidade de suas informações. E, de outro modo, encontramos viajantes que encaravam os seus registros como obras de entretenimento que, por tal razão, deveriam propiciar divertimento a seus leitores, e cujas exigências não clamavam pela veracidade do texto.

O primeiro esforço pode ser extensamente contemplado na narrativa de Mary Montagu. A autora inglesa colocava-se no “grupo dos viajantes”, mas se retirava dele quando afirmava que muitos viajantes escreviam mentiras, ao contrário dela que buscava dizer somente o que havia experienciado. Na *Carta XXXIX*, ela se lamentava, afir-

mando: “nós, os viajantes, estamos em circunstâncias muito difíceis”, e completava: “se nós não dizemos nada além do que foi dito antes, somos enfadonhos, e não temos observado nada. Se dizemos qualquer coisa nova, zombam de nós como pessoas *fabulosas e românticas*” (MONTAGUE, 1763, vol. 2, p. 160, grifo da autora). Na sua visão, as diferenças de posição dos viajantes deveriam ser consideradas, assim como as mudanças que ocorriam em todos os países. Esses fatores é que impediriam os julgamentos equivocados a respeito das mais variadas narrativas.

O convencimento do público não passava apenas pela confirmação de veracidade feita pelo autor. Aqueles que traduziam e teciam comentários críticos sobre a narrativa também participavam desse complexo cenário de verificação do texto. O abade francês Antoine François Prévost (1697–1763), editor da tradução inglesa das “Viagens” de Jean Chardin, reconhecia que muitos escritores famosos eram acusados de dizer mentiras no lugar de “matérias de fato” (DELLOFRE, 1994, p. 286). Mas, no caso de Chardin, ele completava, “várias pessoas de crédito incontestável, que têm desde então visitado os mesmos países, asseguram-nos de sua veracidade” (ADAMS, 1983, p. 100).

Houve, de outro modo, quem se poupasse de discutir o assunto e ressaltasse a necessidade de construir um texto agradável a seus leitores. Esse tipo de postura se disseminou pela sociedade do período moderno. Nesse sentido, afirmar que as narrativas de viagem eram mais “prazerosas” e também mais verdadeiras do que as novelas tornou-se prática corrente. Já as novelas eram tomadas como mais verdadeiras e prazerosas do que a história (ADAMS, 1983, p. 100). Nota-se, portanto, que o debate

sobre as diferenças entre *verdade* e *mentira* desembocou, entretanto, no esforço para pensar o lugar da narrativa de viagem entre textos ficcionais e históricos. Ainda que não seja o objetivo deste livro fazer uma análise detida de tal problema, é necessário pontuar algumas de suas nuances para que se compreenda melhor tal questão.

A resposta sobre o caráter não verídico da narrativa aparecia nas palavras dos próprios viajantes. Uma das formas de justificar a veracidade da obra era recorrer ao estilo da narrativa. Assim, no *Prefácio* de sua obra, Jean de Thévenot assinalava aos leitores que a ingenuidade de sua linguagem era a melhor forma de mostrar a verdade (1664). É a mesma natureza do argumento encontrado no *Prefácio* do texto de François Leguat (c. 1637–1735) sobre a viagem para as Índias Orientais, publicado em 1708. Ali, afirma-se que Leguat não era “nem um autor polido, nem um autor propriamente dito”. Eis uma forma de mostrar a distância entre a sua obra verídica e a ficção⁵⁷.

Tem-se, portanto, uma posição que conformava a veracidade da narrativa à escrita. Nos dois casos citados, ressaltava-se a ingenuidade dos relatos de viagem, ou seja, confirmava-se que as narrativas eram portadoras de algo verdadeiro, daquilo que realmente havia ocorrido no país estrangeiro. Esta justificativa alinhava-se certamente ao fato de seus autores terem presenciado os eventos ao longo de suas viagens. Contudo, ao lado disso, a ingenuidade da escrita vinha contribuir para realçar o seu valor de verdade. A ingenuidade da linguagem usada por esses via-

⁵⁷ O autor do prefácio era François-Maximilien Misson (HARRIGAN, 2008, p. 118).

jantes foi entendida por autores como Jacques Chupeau como uma confirmação de sua postura antirretórica. Em 1977, ele afirmava que “pela recusa da retórica e das figuras de eloquência, a narrativa de viagem se coloca, resolutamente, à margem da literatura e de suas mentiras” (CHUPEAU, 1977 apud HARRIGAN, 2008, p. 118-119). É certo que o próprio Chupeau não entendia a retórica como um instrumento de persuasão e de convencimento, mas como um discurso ornamentado e distante do “real”. É nesse sentido que a própria bagagem cultural do viajante usada na construção de seu texto configuraria uma marca retórica (BRETTELL, 1986, p. 128).

Nesse momento, a narrativa de viagem era tomada como um gênero entre a Ficção e a História. E, uma vez que o *status* desta última e o significado da primeira variavam ao longo desse período, as flutuações também atingiram a narrativa de viagem. Havia em paralelo as próprias discussões sobre as diferenças e as proximidades entre a Ficção e a História. De todo modo, as bases de escrita da História tornavam-se cada vez mais discutidas. Questões epistemológicas concernentes às evidências e à verdade emergiam com força crescente a fim de se estabelecerem as bases de diferenciação da História em relação à Ficção. Como defende Barbara Shapiro, havia nesse momento uma atenção destacada sobre a “matéria do fato” que contrastava com a *imaginação* atribuída à Ficção (SHAPIRO, 2000, p. 41). Possivelmente por considerar o conceito de *fato*, é que o escritor inglês Ned Ward (1667–1731) tenha empregado o termo “historiadores” para se referir aos viajantes (ADAMS, 1983, p. 86).

Outro instrumento usado pelos viajantes-autores para assegurar a veracidade de seu texto assentava-se na

sua própria experiência empírica. Ao final do século XVII, muitos autores associavam o seu trabalho a vários tipos de “história” a fim de se lhe aumentar o prestígio, para fazê-lo parecer mais verossímil (ADAMS, 1983, p. 30). Como mostra Adams, os subtítulos usados pelos autores no último quarto do século XVII, tais como “vida, cartas, memórias, jornal, viagens”, demonstravam a proximidade entre o autor e o fato narrado (p. 89). Como pudemos notar, esse recurso foi amplamente empregado pelos viajantes do século XVIII citados no Capítulo 2. A experiência pessoal poderia, portanto, ser usada como atestado de verdade. Restava aos viajantes, então, fazer com que os leitores enxergassem na narrativa aquilo que eles próprios haviam testemunhado⁵⁸.

Esse “método de autenticação”, todavia, passou a ser usado por autores que não haviam conhecido pessoas nem lugares citados em suas obras. Ou seja, a veracidade a partir da experiência empírica dos viajantes tornara-se questionável. A favor daqueles que de fato haviam viajado pode-se sustentar a tese de Ricoeur que afirma não existir “análise estrutural da narrativa que não faça empréstimos de uma fenomenologia implícita ou explícita do ‘fazer’” (1994, tomo 1, p. 90). Isto é, considerando que a ação podia agir de algum modo sobre o viajante, é provável que ela aparecesse também ordenada em sua narrativa. Portanto, uma

⁵⁸ Embora não seja possível afirmar que os viajantes-autores estivessem preocupados com a historiografia dos eventos experienciados, é certo que a narrativa fazia parte da discussão sobre as atribuições da historiografia no início da modernidade. Como escrevia La Popelinière no século XVI, a história era entendida como o “narrado das coisas feitas”. Ver Hartog, 2011, p. 15.

vez que houvesse encadeamento causal entre os eventos, haveria, por conseguinte, verossimilhança (p. 70).

Nesse sentido, é importante ressaltar a cautela de Aristóteles, na *Poética*, em não opor simplesmente o “que ocorreu realmente” àquilo “que poderia ocorrer na ordem do verossímil e do necessário” (RICOEUR, tomo 1, p. 69). Aristóteles resolveria essa questão buscando na “disposição dos fatos” a chave de entendimento do que “deve ser necessário ou verossímil” (p. 69). Sobre isso, Ricoeur, analisando a *Poética*, mostrava como os poetas trágicos amparavam-se em nomes tomados da tradição. É que o verossímil, afirmava ele, enquanto “traço objetivo”, deve ser visto também como persuasivo – “traço subjetivo”. Em outras palavras, o verossímil não pode ser destacado do cenário cultural em que opera o poeta.

Por tais razões, é razoável considerar que a narrativa de viagem pautava-se em dados reais e transpunha a apreensão de tais dados para o texto. Se esse princípio não era suficiente para provar a veracidade do texto, cabia então seguir os rastros das ideias expressas nessas narrativas. Eis uma terceira forma de se atestar a veracidade do texto, colocada ao lado dos recursos estilísticos e da experiência empírica. Ou seja, era possível verificar em que medida as informações contidas em um relato já haviam aparecido no texto de outro autor que visitara o mesmo lugar. Desse modo, tornou-se recorrente a menção às ideias presentes em obras anteriores, fosse para endossar o próprio argumento, fosse para acentuar os seus equívocos.

Em alguns casos, conseguimos notar a apropriação de informações, mesmo que o viajante não a deixasse explícita. No Capítulo 1, foi possível perceber que dados

sobre o número de mulheres no serralho, assim como o lugar de construção do palácio em Istambul, repetiam-se quase nos mesmos termos em Courmenin e em Baudier. Não é demais lembrar que aquele viajou em 1621, enquanto não se sabe se e quando viajou o último. De todo modo, os dois publicaram o seu relato em 1624. Já o caso de Biddulph é exemplar. MacLean lembra que o texto do clérigo continha citações diretas da obra do geógrafo francês, Nicolas de Nicolay. A narrativa de Biddulph

repete, confirma ou qualifica o que já era conhecido ou suspeito. Na realidade, o seu registro de Istambul é tomado palavra por palavra da tradução d'*As Navegações*, de Nicolas de Nicolay, feita por Thomas Washington, em 1585, enquanto as demais seções d'*As Viagens* são transcritas a partir de outras fontes impressas. O que hoje seria considerado plágio pode ser usualmente descrito como um exemplo extremo de citacionalidade, uma convenção não incomum na literatura de viagem e, de acordo com Edward Said, uma característica fundamental do Orientalismo (MACLEAN, 2004, p. 73).

A confrontação de uma obra com a de outro viajante pôde ser usada ainda como base de confiabilidade da narrativa. Já se mencionou a tradução da obra de Jean Chardin ao inglês. O que se deve acrescentar nesse caso é um dos motivos que levou o tradutor a assegurar a veracidade dessa obra. Para o tradutor inglês, era possível confiar nas informações contidas em Chardin porque outro grande viajante francês e botânico, Joseph Pitton de Tournefort – citado no Capítulo 2 – havia-as confirmado. Não sem motivo, Tournefort caracterizara Chardin como um “autor de grande exatidão” (apud ADAMS, 1983, p. 99).

O uso das obras de viagem pelos viajantes-autores não se resumiu certamente a um determinado conjunto de citações ou a uma fonte de confiabilidade para outras narrativas. Nesse processo de elaboração narrativa, pode-se encontrar um esforço de pesquisa que ia além da repetição de ideias expressas anteriormente. Ou seja, há quem levante a possibilidade de uma pesquisa teórica, ainda que em um incipiente grau de sofisticação. Se a constituição dos eventos passados se desse a partir da pesquisa através de vestígios, usando pressupostos metodológicos mínimos, então, poderíamos pensar na função historiográfica desse gênero textual. O próprio Chardin anotara em seu relato que a palavra muçulmano não significava “verdadeiro crente”, como a maior parte dos registros afirmava. Equivalia, de outro modo, ao sentido de “aquele que é levado à salvação” (1711, tomo 7, p. 8). Ao longo do século XVIII, a dedicação dos viajantes em estudar línguas como o árabe, o persa e o turco, assim como a história e a geografia das sociedades visitadas, tornou-se muito corrente, como pudemos notar em Mary Montagu, Richard Pococke, Jean de La Roque, Jean Otter e em Volney.

Sobre o uso da pesquisa na construção do texto, há o exemplo curioso de madame Marie-Catherine d’Aulnoy (c. 1650–1705). Em sua narrativa sobre a Espanha, intitulada *Relation du voyage d’Espagne* (1691), a autora afastou-se dos métodos comumente encontrados na literatura de viagem. O seu texto exibia um tom dramático, construído sobre informações não necessariamente vividas, o que levou à dúvida sobre o fato de a autora ter empreendido uma viagem. Se, por um lado, essa condição poderia implicar a contestação de tal narrativa enquanto um gênero

de viagem, não era suficiente, por outro, para atestar a falsificação das informações veiculadas. A autora buscou, ao contrário, estabelecer o valor da verdade tomado da plausibilidade. Isto é, o seu texto exibia o *modus operandi* da narrativa de viagem, mas mencionava também temas que não eram muito explorados por esse tipo de literatura, tais como escândalos na Corte ou a moda feminina, por exemplo. Tal postura poderia aproximá-la do gênero da “novela histórica” ou do “conto” [*histoire*] (HESTER, 2007, p. 96).

Pelos fatores discutidos até o momento, não parece razoável pensar que a narrativa de viagem deva ser simplesmente colocada *entre* a Ficção e a História, porque, ainda que os seus intentos fossem bastante circunscritos, diferenciando-se de uma e de outra forma textual, os textos de viagem propunham relatar o real. Mesmo que não seja possível tratar a narrativa de viagem como um texto que contenha a “verdade” sobre a experiência vivida, é certo que possamos encontrar nela a verossimilhança do real. Isso atesta não apenas a proximidade entre o autor e o fato narrado, mas também o desígnio expresso desse tipo literário que buscava ordenar, de maneira fiel, os elementos apreendidos de sua experiência dentro da narrativa.

A experiência empírica, relacionada à possibilidade de verificação dos elementos retratados na narrativa – através de outros autores –, alinhou-se frequentemente ao caráter utilitário dos registros de viagem. Assim, é possível encontrar dentro desses relatos um texto à moda de prefácio que indicava, entre outras coisas, o uso que se poderia fazer de determinada obra. Ou, ainda que não houvesse um prefácio, mostrava-se a importância das

informações apresentadas pela narrativa. Veja-se o exemplo de Jean-Baptiste Tavernier (1605–1689). Logo abaixo do título de seu relato, havia a indicação das informações que se poderiam encontrar ali: “Durante quarenta anos, e por todas as rotas que se pode tomar: acompanhe as observações particulares sobre a qualidade, a religião, o governo, os costumes e o comércio de cada país, com os números, o peso e o valor das moedas atualmente” (Tavernier, 1676)⁵⁹.

Logo abaixo do título, era comum o emprego de frases curtas, chamando a atenção do leitor para o conteúdo que tal livro trazia. No caso do médico Lempriere, o destaque voltava-se para “um relato específico do Harém Real”. As narrativas podiam ainda servir de guia aos futuros viajantes. Como explicava o padre francês Nicolas Gervaise (c. 1662–1729), se os futuros viajantes fossem para o Sião “com a intenção de permanecerem lá, a segunda parte [deste livro] lhes dará um perfeito conhecimento dos costumes e das inclinações daqueles com quem eles vão viver” (1688 apud HARRIGAN, 2008, p. 121). Portanto, além do valor de entretenimento, as narrativas se construía através de *motivações práticas*. E uma vez que se pretendia ensinar a um europeu como viver entre os africanos ou asiáticos ou como comerciar com eles, tornava-se premente o uso de informações esmeradas sobre as sociedades visitadas.

Há, ainda, um último elemento a ser adicionado à discussão sobre a veracidade da narrativa. Muitas viagens ou eram feitas por homens ligados a instituições de ciências

⁵⁹ Essas informações estão indicadas na capa da obra de Jean-Baptiste Tavernier.

ou por aqueles que recebiam ordem de algum soberano europeu. No primeiro caso, as observações poderiam se fazer acompanhar de cálculos ou de amostras de plantas e animais coletadas no país visitado. Já no caso de viagens empreendidas mediante patrocínio real, muitos objetos recolhidos, que se alocariam posteriormente em museus europeus, eram somados à experiência do viajante. Nesse caso, seria possível ao rei confrontar o escrito com as fontes materiais recebidas.

O primeiro componente pode ser ilustrado pelo exemplo do francês Jean Richer (1630–1696). Richer era astrônomo e assistente de outro astrônomo bastante conhecido na época, o genovês radicado em Paris, Giovanni Domenico Cassini (1625–1712). A sua viagem para Caiena [na Guiana Francesa] entre 1671 e 1673 foi feita a pedido da “Academia Real de Ciências” da França. A sua viagem foi motivada pela observação de Marte no momento em que o planeta estivesse mais próximo ao Sol [periélio]. As observações feitas em Caiena resultaram no único trabalho conhecido de Richer, *Observations astronomiques et physiques faites en l’isle de Caienne*⁶⁰. O capítulo 1 da obra deixava bem delimitado o objetivo da viagem: a “Academia Real Francesa” havia decidido pelo empreendimento dessa viagem para esclarecer dúvidas que “Astrônomos antigos e modernos” possuíam com a intenção de “estabelecer por esse meio regras mais certas” que pudessem se aproximar da “verdade” (RICHER, 1679, p. 1)

A *Royal Society* também foi motivada pelo conhecimento suscitado nas viagens. Como defende Ken Arnold, essa instituição “perseguiu um programa Baconiano de

⁶⁰ Ver “Richer, Jean” em *The Galileo Project*, disponível em: <<http://galileo.rice.edu/Catalog/NewFiles/richer.html>>.

pesquisa global, enviando, por exemplo, uma série de questões para viajantes nas Bermudas, na Groenlândia, em Guiné, na Islândia, na Índia, em Tenerife, na Turquia e na Virgínia” (2006, p. 109-110). Os questionamentos endereçados aos viajantes eram publicados no próprio jornal da *Royal Society, Philosophical Transactions*. Importante notar – para ilustrar o segundo elemento citado antes – que os dados empíricos exibidos pelos viajantes eram acompanhados não apenas de mapas, figuras ou pinturas. Os viajantes passaram a colecionar objetos físicos recolhidos das sociedades visitadas. Os objetos eram considerados um “tipo de evidência” da própria viagem e foram empregados inicialmente como instrumentos de conhecimento das sociedades estrangeiras, tornando-se, ao longo do tempo, coleções particulares e, mais tarde, de museus (ARNOLD, 2006, p. 110).

Estabelecidos esses componentes e considerando que as narrativas de viagem eram tomadas como um *corpus* literário, crível por seu público, podemos passar à discussão sobre o conteúdo desses textos. Aqui, interessa pensar (i) o tema do harém presente nos viajantes, (ii) em como esse tema foi tratado e (iii) quais são as semelhanças e os distanciamentos que se podem verificar nas descrições sobre esse espaço do palácio. Esta análise deverá ser inserida em um quadro de recepção das obras pela sociedade europeia, matéria que será discutida no item “Circulação das ideias”.

3.3 Leituras sobre o harém nas narrativas de viagem

Dentro do panorama esboçado nos Capítulos 1 e 2, conseguimos perceber traços que se repetem ou são

particulares às obras ali descritas. A escolha de autores que viajaram em períodos distintos dos séculos XVII e XVIII também é importante para mensurar a persistência ou a mudança das concepções sobre o harém. A partir de tais fontes, pode-se concluir que, à exceção de William Biddulph e de Henry Blount, todos os outros viajantes dedicaram-se a descrever o serralho – termo muito mais usado do que harém. No caso de Biddulph e de Blount – e de maneira recorrente na maior parte dos viajantes citados –, outro eixo temático apareceu de forma ressaltada: a sexualidade das sociedades islâmicas.

Encarando-as em perspectiva, podem-se destacar três chaves de leitura sobre o harém ou serralho assinaladas nessas narrativas. A primeira delas refere-se ao próprio uso e ao(s) conceito(s) do termo harém ou serralho. Em seguida, tem-se a configuração deste espaço enquanto um ambiente de reclusão que não pode ser tomado como exclusivamente feminino. E o terceiro item é aquele que caracteriza as sociedades islâmicas – especialmente a turca – como essencialmente sensuais ou sexuais e, por conseguinte, luxuriosas. Vejamos cada uma delas.

O uso do termo harém *não* apareceu na grande maioria dos viajantes citados no primeiro capítulo. Dentre os viajantes do século XVII, a única exceção foi o joalheiro francês Jean Chardin. No caso dos viajantes Setecentistas, o único autor que *não* empregou o termo harém foi Joseph Pitton de Tournefort. Contudo, ainda que fosse desse modo, o termo serralho era amplamente disseminado entre todos eles. Justamente por isso, a menção à palavra serralho suscita uma necessária discussão sobre o seu significado. Afinal, o seu uso enquanto sinônimo de

palácio foi recorrente nos textos desses viajantes, e isso pode nos indicar – para além de uma escolha – a acepção mesma que o termo possuía ao longo destes dois séculos.

Dadas as indicações feitas nessas narrativas de viagem, ficou evidente o sentido de *serralho*: tratava-se do palácio dos soberanos otomano ou persa, e, dentro desse palácio, sabia-se que havia uma habitação de mulheres dedicadas a este ou àquele soberano. A inversão do conceito, de outro modo, não parece adequada. Ou seja, primeiro havia o palácio real e porque ele existia é que poderia haver o lugar de reclusão feminina. Se pudéssemos dizer em termos de *serralho* e de *harém*, respectivamente, precisaríamos tomar o cuidado de não desmembrar, nem realçar o segundo em relação ao primeiro.

Isso demonstra que o harém – vamos usá-lo para designar o espaço de reclusão feminina – não era notado por esses viajantes como o espaço particular dentro do palácio real. A forma de análise é, ao contrário, constituída a partir do palácio. Dentro dessa construção, havia vários ambientes físicos, dado que um desses locais era aquele que guardava os alojamentos femininos. É somente dentro do palácio que o harém – enquanto uma construção física – é possível nas narrativas destes viajantes. A menção ao harém de uma casa comum foi feita por Jean de La Roque e por Jean Otter; mas, ainda assim, no caso do primeiro autor, sabemos se tratar de um harém comum em virtude da descrição do lugar feita por ele e não porque o viajante empregou o termo harém. Nenhum outro viajante escreveu sobre o harém de pessoas anônimas. As razões de tal desinteresse são compreensíveis. Seguramente em número menor, estes haréns estariam situados em uma dimensão

ordinária da vida dessas sociedades, o que possivelmente atrairia menos olhares e descrições. Além disso, os estrangeiros enfrentariam grandes dificuldades para obter informações sobre tais lugares.

O segundo componente extraído da comparação entre as citadas narrativas remete à discussão sobre gênero atrelada ao espaço do harém. Quando os autores se puseram a descrever o lugar de convivência feminina dentro do palácio, em nenhum momento prescindiram em citar a existência de personagens que não fossem as moças. Ou seja, em várias dessas narrativas, houve menção a eunucos brancos, eunucos negros e a jovens rapazes. Além deles, citavam-se também as mulheres mais velhas – matronas –, responsáveis pelas mulheres fechadas no palácio. Nesse sentido, caberia a pergunta: dentro dos palácios descritos nas narrativas de viagem, é possível feminizar o espaço do harém?

É certo que as mulheres eram personagens destacados dentro desse ambiente; contudo, não é possível negar que os eunucos e particularmente os jovens rapazes fossem igualmente figuras de importância nesse lugar. Aliás, vimos como Beauvau e Baudier, por exemplo, ressaltavam a grande quantidade de rapazes no palácio real. Em números precisos, o primeiro revelava a presença de trezentos e sessenta rapazes, enquanto não declarava nada sobre as mulheres. Já Baudier afirmava que os homens eram mais numerosos: quinhentos, em comparação com cerca de trezentas moças. Já no século XVIII, Jean Otter citava a presença dos meninos que serviam o sultão otomano, os *İç Oğlan*, grupo também mencionado por Tournefort que, além deste, acrescentava os Eunucos, os *Azamoglans*, as Damas e os Mudos, como lembrado no capítulo anterior.

Os grupos que compunham a organização interna do palácio foram relacionados – com maior ou menor frequência – ao último elemento de relevo destas narrativas: a sexualidade islâmica. De forma acentuada ou pálide, foi possível notar o aparecimento dessa característica na maior parte dos viajantes citados até aqui. A sensualização ou a sexualização das sociedades islâmicas somente não foi apontada por Mary Montagu, Elizabeth Craven, Jean de La Roque e por Jean Otter. Antes deles, é importante lembrar que, no século XVII, Jean Chardin já alertava sobre o conceito deturpado que era usado para caracterizar o harém. Portanto, ainda que quiséssemos atribuir um empenho *das* viajantes em se oporem a tal essencialização erótica das sociedades islâmicas – como pensou Billie Melman (1989) –, isso não seria adequado, uma vez que também viajantes masculinos ou desconstruíram esse conceito ou não retrataram as sociedades islâmicas desse modo.

Esse componente erótico atribuído às sociedades islâmicas não significou, de outro modo, que ele fosse exclusivo do harém. Em outras palavras, quando a sexualidade e, mais do que ela, a luxúria foram encaradas como um atributo próprio desses povos, era na sociedade como um todo que estavam pensando estes viajantes, e não em um espaço particular dentro do palácio. O harém – e, de forma mais ampla, o serrallo – foi tomado como uma das peças a compor esse quadro sexual, mas não como a única peça. Sobre isso, basta lembrar o comentário de Michel Baudier (1631), para quem no Levante a maioria dos homens se perdia nos vícios das paixões por meninos.

Ao longo destes dois últimos itens, buscou-se discutir os elementos que compunham a tessitura interna das narrativas de viagem, assim como as intersecções entre as

suas reflexões acerca do tema do harém. Ou seja, uma vez que as narrativas poderiam ser consideradas verossímeis – e não ficcionais – pelo público, é possível acreditar que esses textos desempenhassem uma marcada função em disseminar informações e representações das sociedades do Levante para os europeus. Aliado a isso, cabe ressaltar que, de acordo com as fontes mencionadas até o momento, as posições dos viajantes sobre as sociedades islâmicas demonstravam consonâncias em vários momentos, conforme citado antes.

Esses instrumentos, que buscam mapear as aproximações entre os relatos de viagem, não devem ser pensados isoladamente. Colocados lado a lado, os componentes internos da narrativa e o *status* das informações reveladas por esses relatos nos fornecem um panorama geral acerca do Levante e do serralho ou harém. Contudo, não são os traços que se destacam a nossos olhos que devem ser apontados como relevantes. O impacto das representações ressaltadas nos registros de viagem pode somente ser mensurado se considerarmos outro fio da trama que compõe essa rede de relações: o público. Aqui, parte-se da premissa de que não é apenas o texto que atua sobre o “pensamento social”; este também responde às ideias circulantes na sociedade, influenciando a sua produção intelectual. É, assim, entre o dizer e o agir, que surgem, permanecem e se transformam as representações sociais.

3.4 Circulação das ideias

Considerando que havia um público-leitor para o gênero da literatura de viagem e um público que recebia as

mensagens dos textos – mesmo que não tivesse lido essas obras –, propõe-se pensar de que forma se dava a partilha e disseminação de informações. Para tanto, há que se conceber uma “rede de relações” fomentada tanto pelas narrativas quanto por seus leitores. Dentro disso, deve-se considerar a possibilidade de influência recíproca no tocante à criação de representações. Se o que o leitor recebia não era somente “o sentido da obra”, mas a experiência nela contida e a temporalidade que ela exibia (RICOEUR, 1994, tomo 1, p. 120), pode-se afirmar que as obras, também elas, atuavam sobre as configurações sociais e ao mesmo tempo eram moldadas por estas. É certo que há um espaço de formulação narrativa ao qual não se poderá chegar. De todo modo, considerando a “rede de relações” estabelecida entre as narrativas, os leitores e os grupos que tiveram acesso aos textos ou foram influenciados por eles, pode-se desenhar o conjunto de representações circulantes sobre o harém.

A leitura que um sujeito fazia do texto é vista aqui como aquela discutida por Ricoeur, isto é, o texto não está fechado em si, no sentido de estar completo. É o leitor que conclui o seu significado durante a leitura. Se inicialmente o texto possui um sentido interno, após a leitura, ele terá um significado. Se o texto “tinha somente uma dimensão semiológica, agora, tem, pela sua significação, uma dimensão semântica” (RICOEUR, [s. d.], p. 156). Esse processo não se faz desvinculado da compreensão dos signos culturais que é o lugar no qual o “si” [o sujeito] “se documenta e se forma”. Então, será preciso considerar tanto o processo de desenvolvimento da leitura quanto a expansão do texto para um público não necessariamente leitor.

Como tentei mostrar no item sobre as similaridades entre os registros de viagem, esta literatura foi reconhecida como um gênero particular pelos leitores e também por seus críticos. Cabe agora questionar o alcance e a recepção dessa literatura junto ao público-leitor. Ainda que não seja o objetivo aqui explorar possíveis taxas de alfabetização, seja na Inglaterra, seja na França, no início da modernidade, o processo de circulação dos textos deve ser considerado. Isso implica enxergar o sentido do discurso textual não apenas em suas formatações internas, mas refletir de que forma o texto era recebido pela sociedade e como a sua linguagem – e as representações aí expressas – atuavam sobre a experiência social.

Seguindo a posição de Peter Burke, é possível afirmar que uma “considerável minoria do povo” era “efetivamente capaz de ler nos inícios da Europa Moderna” (2010a, p. 332). Em relação à Inglaterra particularmente, a estimativa de Thomas More (1478–1535) é de que, em 1533, 50% da população era alfabetizada (COLE, 1972, p. 60). Ainda que se considere a baixa alfabetização em toda a Europa, isso não nega a importância do “material impresso” para a cultura popular no século XVII ou mesmo antes (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 30). Essa posição é também compartilhada por Roger Chartier que, pensando na França entre os séculos XVI e XVIII, acredita que “o escrito impresso já desempenha um papel de primeira importância na circulação dos modelos culturais” (CHARTIER, 2004, p. 91). Em razão da quantidade destacada de textos de viagem impressos na Europa ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, e a sua tradução para vários idiomas, é possível acreditar que essa literatura ganhava espaço social.

Para situar este conjunto de narrativas dentro de um gênero literário, uma característica fundamental foi a própria língua. O crescimento de publicações em língua vernácula deve ser tomado como um dos fatores a permitir a disseminação da leitura e das trocas de informações. Não sem motivo, expressões como “*récit de voyage*” ou “*relation de voyage*” tornavam-se usuais entre escritores franceses (HARRIGAN, 2008, p. 14). Considerar que uma obra se inseria dentro desse tema pode nos indicar que o público conhecia o teor de tais textos, mesmo que não os tivesse lido. Não eram apenas os viajantes que identificavam esse grupo de textos através de tais expressões. Entre os ingleses, já em 1606, quando Thomas Palmer publicou um livro com conselhos para aqueles que fossem empreender viagens, o autor recebeu a alcunha de “viajante” (SURANYI, 2008, p. 15). No início da modernidade, a expressão “*travel writing*” [literatura de viagem] abrangia tanto relatos a locais mais familiares dos ingleses quanto textos pioneiros que descreviam “*terra incognita* na África, nas Américas, na Rússia e no Extremo Oriente” (BARNARD; MCKENZIE; BELL, 2002, p. 247). Diante disso, o tema explorado em um relato de viagem permitia ao leitor que elaborasse representações gerais sobre o seu conteúdo.

As narrativas de viagem, uma vez que se punham a tarefa de ser um guia ou de levar informações aos leitores, possuíam uma linguagem direta e pouco afeita a extensas notas de pé de página, ou, como era mais comum, na lateral da página. Isso nos indica que esses textos buscavam se difundir entre um maior número de pessoas. Aliado a isso, as narrativas tinham as suas impressões tantas vezes

patrocinadas pelos reis, fato que devia exigir de seus autores uma linguagem minimamente polida. Das obras consultadas aqui, uma única exceção foi encontrada. Ao falar sobre os turcos que jantavam com um inimigo que seria em seguida morto por eles, Michel Baudier os chamava de “fils de putain” (1631, p. 94).

Como a produção de relatos de viagem em língua vernácula propagava-se amplamente no mercado literário, os periódicos publicados nesse momento, fossem na Inglaterra ou na França, ganharam papel de destaque na disseminação de informações sobre tal literatura. O *Athenian Mercury* [ou *Athenian Gazette*], que foi publicado entre 1691 e 1697, listava novas obras impressas, assim como trechos de livros e traduções feitas a partir do *Journal des Sçavans*, o já citado jornal francês que passou a circular em janeiro de 1665. De maior circulação, e criado pela própria *Royal Society*, havia o *Philosophical Transactions* que passou a ser publicado também em 1665 e que “se tornou um grande sucesso social” (SHARPE; ZWICKER, 2003, p. 253).

No volume 19 do *Philosophical Transactions*, referente aos anos de 1695, 1696 e 1697, encontrava-se uma ampla reprodução do relato de viagem do reverendo William Halifax (1655?–1722) que havia viajado para a Síria em 1691. Antes do texto concernente à viagem, o leitor encontrava uma carta do reverendo endereçada ao Dr. Edward Bernard, professor de Astronomia em Oxford, escrita em latim. Nesse mesmo volume, descrevia-se a tradução para o inglês da obra do jesuíta da “Companhia de Jesus” Louis Le Comte (1655–1728), lançada em 1697. O relato de Le Comte, que era também matemático do rei

francês, se intitulava *Nouveaux Memoires sur l'etat present de la Chine*. Havia, por fim, um trecho da narrativa do capelão Thomas Smith (1638–1710), cujo título era *A Journal of a Voyage from England to Constantinople* de 1688⁶¹.

Já no volume 20 de 1699, encontramos uma resenha de dez páginas sobre a obra de John Fryer (m. 1733) intitulada *New Account of East-India and Persia, in Eight Letters*, resultado da viagem iniciada por ele em 1672 e terminada em 1681. Nesse “abstract”, assim nomeado pelo periódico, havia elogios ao autor que não apenas havia viajado, presenciado os acontecimentos e informado os leitores acerca dos lugares visitados, mas que, além disso, havia recordado tais informações em forma de texto e comunicara as suas memórias através de um registro impresso que poderia ser usado pelo público (ROYAL SOCIETY, 1699, p. 338-348).

Sobre isso, pode-se citar um fenômeno bastante comum gerado a partir desse gênero textual. A produção, a edição e, seguramente, a recepção dessas obras eram tão intensas, que houve não apenas autores recorrendo – e, por vezes, copiando – textos anteriores, como a inauguração de um espaço ficcional. As “viagens imaginárias” ou fantasiosas haviam sido estimuladas decerto pelas viagens de “descobrimento” das terras no continente americano. Contudo, não foi apenas o “Novo Mundo” que serviu de motor para a criação de tais viagens ficcionais. O Levante

⁶¹ *Philosophical Transactions: Giving some Account of the Present Undertakings, Studies and Labours of the Ingenious, in many Considerable Parts of the World* (ROYAL SOCIETY, vol. XIX, 1698). Ver, respectivamente, as páginas: 83-110, 585-592 e 597-619.

também encorajou a criação de textos fantásticos, a ponto de os próprios viajantes refutarem os relatos de outros autores como sendo “fabulosos” (BALLASTER, 2005, p. 18).

A recepção da obra original e a discussão sobre os temas nela contidos poderiam se fazer conhecidas para dois grupos distintos de público: aquele que havia lido o texto impresso e aquele que tinha acesso à informação por meio de sua disseminação social. No primeiro grupo, enquadravam-se as pessoas com um grau de alfabetização suficiente para a leitura. Já no segundo grupo, estavam todos aqueles que poderiam receber as informações veiculadas no texto, independentemente de sua aptidão em ler materiais impressos ou de meios suficientes para comprá-los. Lembremos que, durante os séculos XVI e XVII, o estilo de leitura era “frequentemente uma oralização do texto, e o ‘leitor’ era um ouvinte implícito do discurso lido” (CHARTIER, 1992, p. 9). Desse modo, um livro se tornava conhecido do público também por meio da cultura oral. Examinemos, então, cada um desses grupos.

Dentre as pessoas alfabetizadas, o acesso ao livro ocorria tanto por meio da sua posse privada quanto pela possibilidade de lê-lo através de bibliotecas ou gabinetes de leitura. No primeiro caso, haveria ainda a necessidade de poder aquisitivo suficiente para comprar o material impresso e, em ambas as situações, era preciso tempo disponível para lê-lo. Ainda que não se possa apontar o valor exato dos livros de viagem nesse momento, pode-se afirmar que os textos impressos eram mais baratos do que um manuscrito (ELSNER; RUBIÉS, 1999, p. 140). Embora fosse desse modo, a posição econômica influenciava a aquisição dos livros. Nesse sentido, a informação de

Chartier em relação à venda de livros na França pode ser também generalizada para a Inglaterra: quanto maior fosse a fortuna de uma categoria social, maior era o número de livros que ela possuía (2004, p. 178).

O preço do livro impresso variava de acordo com o seu tamanho e com o seu número de páginas. Nesse momento, havia quatro formatos amplamente usados nas tipografias: fólho, quarto, octavo e duodécimo. O “fólho era feito a partir de folhas dobradas uma vez” – o que resultava em um livro de dimensões amplas; o “quarto era feito de folhas dobradas duas vezes”, e o octavo originava-se de “folhas dobradas três vezes”, o que produzia, portanto, um livro pequeno (RAYMOND, 2003, p. 5). Menor do que o octavo era o duodécimo, criado a partir de doze divisões em uma única folha, o que gerava vinte e quatro páginas. Estes dois últimos formatos – mais baratos do que o quarto e do que o fólho – tornaram-se muito difundidos na Europa depois de 1763.

À exceção da narrativa de Richard Pococke, todos os livros de viagem citados nos capítulos 1 e 2 foram publicados, ao menos uma vez, no formato quarto [4to], ou octavo [8vo] ou duodécimo [12mo] em sua língua original. O texto de William Biddulph foi impresso no formato 4to, assim como o de Henry Blount e o de Elizabeth Craven. Os textos de William Lempriere e de Thomas Dallam [no século XIX] saíram em 8vo. Já as narrativas de Mary Montagu e de T.S. foram publicadas em 12mo. Dentre os textos em francês, Henry de Beauvau, Louis Deshayes de Courmenin, Michael Baudier e Volney tiveram as suas obras impressas em 4to. O livro de Tournefort veio a público no formato 8vo. Jean de La Roque e Jean Otter, por

sua vez, lançaram os seus relatos em 12mo. Mesmo no caso das narrativas publicadas em fólio – como aconteceu com Richard Pococke e com Jean Chardin –, ainda assim, houve edição em 4to e em 8vo nas traduções para o alemão, além do formato em 8vo na tradução para o holandês da obra de Pococke, e edições em 12mo em francês e 8vo na versão alemã da obra de Chardin.

Com o crescente aumento no número de impressões, uma maior vigilância se estabelecia sobre a publicação dos livros. O esforço por proibir a circulação e a leitura de livros “indesejados” pode ser notado na Igreja católica, que não se furtou, entretanto, em buscar apoio na autoridade secular do Estado (FEBVRE; MARTIN, 1976, p. 245). A formalização material de tal inspeção veio com a edição do *Index Librorum Prohibitorum* [Índice dos Livros Proibidos], promulgado pelo papa Paulo IV em 1559. A abordagem pouca afeita a embates filosóficos ou políticos das narrativas de viagem não impediu que todas elas fossem liberadas da censura imposta pela Igreja ou pelo Estado. Um dos casos mais curiosos a esse respeito envolveu o médico francês Samuel de Sorbière (1615–1670) que visitou a Inglaterra entre 1663 e 1664, publicando em seguida o texto *Relation d'un voyage en Angleterre, où sont touchées plusieurs choses, qui regardent l'estat des sciences, et de la religion*.

O livro impresso em 1664 foi traduzido para o inglês em 1709. Antes mesmo da tradução deste relato, uma obra intitulada *Réponse aux faussetés et aux invectives qui se lisent dans la relation du voyage de Sorbière en Angleterre* viria a público em 1675 e seria catalogada no *Index* no ano de 1707 (MIGNE, 1847, p. 1167). O texto censurado

era uma tradução francesa da obra do bispo inglês, Thomas Sprat, historiógrafo da *Royal Society*, e que havia sido publicado em Amsterdã. Uma vez que o relato do médico francês consistia em um ataque satírico aos “indolentes” ingleses, Sprat prontificou-se em defender a Inglaterra e a honra da *Royal Society* (DOCHERTY, 1999, p. 23).

Na edição do *Index* de 1838, apenas quatro relatos de viagem foram considerados “livros perigosos”, incluindo-se nesta lista o texto de Thomas Sprat. O conde de Volney, cujo relato de viagem foi analisado no Capítulo 2, teve duas obras censuradas pela Igreja católica. Um dos textos, impresso em 1799, possuía um caráter nitidamente político, mencionando o termo “revoluções” no próprio título [*Les ruines, ou méditations sur les révolutions des empires*]. A sua proibição ocorreu em 1821. Os “Índices” espanhóis foram particularmente virulentos contra essa obra (PUTNAM, 1907, p. 176). O outro livro referia-se à história antiga e foi censurado em 1826⁶². A sua narrativa de viagem, de outro modo, não teve o seu conteúdo condenado.

Uma vez que não eram considerados textos subversivos, os relatos de viagem puderam funcionar como fonte de informações para variados fins. Em muitas circunstâncias, as viagens tinham como objetivo a coleta de material para pesquisas científicas. Em casos como esses, os maiores patrocinadores das viagens eram justamente instituições voltadas à reflexão e à disseminação do conhecimento, como, por exemplo, a *Royal Society*, a *Académie Française*

⁶² O livro em questão era *Recherches nouvelles sur l’histoire ancienne*. Ver *Index librorum prohibitorum* (1838, p. 381).

ou a *Académie des Sciences*, também na França. As viagens, portanto, contribuíam para o desenvolvimento científico dos países europeus que as financiavam e durante os séculos XVII e XVIII ajudariam a perseguir um objetivo muito caro aos homens letrados: construir uma rede de troca de conhecimentos que não fosse afetada por barreiras de ordem nacional, religiosa ou histórica (MAYHEW, 2005, p. 74).

Essa rede de troca de informações – ou, como era conhecida, “República das Letras” [*Respublica litteraria*] – cuja “língua franca” era o latim (VAN DIXHOORN; SUTCH, 2008, p. 12), não era formada maciçamente por viajantes-autores. Não há dúvida, contudo, de que os temas discutidos por estes homens – e pelas mulheres, em uma parcela menor – também abarcavam as viagens, uma vez que os locais de reunião de seus membros compreendiam “lojas de impressão, salões, museus, bibliotecas, escolas, universidades e academias”, lugares por excelência destinados ao debate sobre os livros recém-impressos (p. 12). Em relação à “República das Letras”, houve a edição de um jornal especialmente dedicado a apresentar resenhas de novas publicações. O periódico *Nouvelles de la Republique des Lettres* [Notícias da República das Letras] passou a ser editado em 1684 pelo filósofo francês Pierre Bayle (1647–1706). Já na segunda edição do jornal, haveria a indicação de uma narrativa de viagem. Tratava-se de *Voyage de Grèce & du Levant*, do médico francês Jacob Spon, de 1677 (1686, p. 507).

Dada a importância da “matéria do fato” para a apresentação e para a descrição dos eventos observados, os produtos originados da viagem eram tanto capazes de

enunciar novos conhecimentos, como também de firmar “o crédito pessoal sobre o qual as trocas internacionais poderiam ter lugar” (LUX; COOK, 1998, p. 183). Como escreveram David Lux e Harold Cook, a “viagem, mais do que qualquer outra atividade, estabeleceu os vínculos fracos pelos quais o conhecimento poderia ser partilhado” (p. 183). Ou seja, embora os viajantes não fizessem parte de instituições de pesquisa, nem fossem necessariamente membros originários de altas camadas sociais, ainda assim cooperaram no “crescimento da rede de correspondência que sustentou o comércio filosófico ao longo do tempo e do espaço” (p. 183).

Considerados o custo acessível do livro impresso e o cenário de pálida vigilância sobre o seu conteúdo, não será plausível ainda afirmar que os relatos de viagem fossem vendidos em larga escala. A alternativa que se apresentava, então, era a partilha pública da obra. Isto é, a consulta ao material em bibliotecas e em gabinetes de leitura, a disseminação oral das informações e a leitura mesma em “voz alta” tornavam-se os meios apropriados de familiarizar-se com o conteúdo dos livros para aqueles que não podiam – ou não queriam – comprar o texto impresso. Passemos, então, ao exame dos locais e das formas com que a literatura de viagem circulava nas sociedades europeias no início e no correr da modernidade.

No século XVI, o polímata inglês John Dee (1527–c. 1609) havia proposto a criação de uma biblioteca nacional para a rainha Mary (CLULEE, 1988, p. 250). A sugestão não seria aceita, mas isso não impediu Dee de criar a sua própria biblioteca que reunia a “maior e a mais valiosa coleção de livros e de manuscritos” (SHERMAN, 1995,

p. 30). Eram ao menos três mil livros em vinte e uma línguas, “representando praticamente todos os aspectos da cultura clássica, medieval e renascentista” (RAVEN; SMALL; TADMOR, 1996, p. 64). A navegação era um dos temas de destaque em sua coleção. A “sala de biblioteca”, como o próprio Dee chamava, era mobiliada com “equipamentos para a leitura, como mesas e caixas”, a qual abrigava com frequência a presença de “residentes e visitantes associados” (p. 65).

Além de seus oito filhos e de seus empregados, é possível assegurar que Dee hospedava em sua casa mais de vinte pessoas que despendiam ali extensos períodos. Tratava-se de “estudantes, escribas ou assistentes de laboratório”, já que a sua biblioteca também possuía um grande laboratório para procedimentos químicos e alquímicos. A biblioteca era frequentada também por “alguns dos mais eminentes estudiosos e políticos do período”. Dentre os visitantes ilustres de sua biblioteca, figuravam o filósofo Francis Bacon (1561–1626), o escritor Richard Hakluyt (c. 1552–1616) e a própria rainha Elizabeth I e seu conselho privado. Este último caso se explica pelo fato de John Dee ter sido um grande mago da Inglaterra Elisabetana (RAVEN; SMALL; TADMOR, 1996, p. 62).

Além do laboratório, a biblioteca de John Dee era equipada com “globos, bússolas e instrumentos para observação e cálculo astronômicos”; com um local destinado a “cartas, selos e brasões” e, por fim, com uma variedade de “espelhos e maravilhas naturais”. Portanto, como a maioria das bibliotecas do início da modernidade, esse espaço em que as obras textuais eram guardadas coexistia com “laboratórios, jardins e gabinetes de curiosidade”, e

manter bibliotecas estimularia a formação de novos leitores. A “Bibliothèque du Roi” seria a primeira biblioteca real francesa, criada por Carlos V (1338–1380), a qual remonta às origens da “Bibliothèque Nationale” (BALAYÉ, 1988, p. 5). Ao longo do século XVII, haveria uma cooperação para o funcionamento da “nossa biblioteca pública”. Isso pode ser percebido, por exemplo, no édito de 1617 que determinava a remessa para a “Bibliothèque du Roi” de dois exemplares de todos os livros que fossem impressos.

Não era apenas a coleção da biblioteca que crescia com o passar do tempo. A julgar por um documento produzido ainda no século XVIII, a presença do público também se fazia notar. No texto, afirmava-se que o “Gabinete de gravuras é aberto a todo mundo, nos mesmos dias e nos mesmos horários que a Biblioteca” (LE PRINCE, 1782, p. 227). Esta funcionava às terças e às sextas-feiras, entre nove horas e meio-dia. Ainda que fosse assim, o seu público corrente era aquele de sábios ou letrados. Para os que fossem à biblioteca, a liberdade de consulta era uma característica notória. Sobre isso, o viajante italiano e jovem numismata, Sébastien Bianchi, afirmava em 1687 que “o guarda da Biblioteca [do Rei] não lhe esconde nada e lhe dá a liberdade de consultar ‘tudo o que ele vê’” (BARBIER; MONOK, 2005, p. 278). Em 1764, Voltaire afirmava que a “Biblioteca do Rei” era a “mais bela do mundo”, menos em decorrência do “número e da raridade dos volumes do que pela facilidade e a polidez que os bibliotecários dispensam a todos os estudiosos” (p. 278).

Afora as bibliotecas – particulares e públicas –, outra forma de acesso ao livro, que não fosse a sua compra, era o uso de gabinetes de leitura. Tratava-se de um espaço

dentro das lojas dos livreiros destinado a receber leitores. O serviço era pago e o leitor se inscrevia para ler as novidades do mercado de impressos. Em 1750, em Metz [França], o comerciante de livros Nicolas Guerlache cobrava três libras por mês dos leitores – em sua maioria, “oficiais da guarnição” – que quisessem consultar “romances, relatos de viagem, ensaios filosóficos, panfletos políticos e obras eróticas” (CHARTIER, 2004, p. 204). As narrativas de viagem também faziam parte dos temas ofertados no gabinete de leitura de Abraham Fontanel que montara uma livraria em Montpellier, em 1772 (p. 204).

Na Inglaterra no mesmo período, outro fenômeno se fazia presente: o chamado “clube do livro” se disseminava em “pequenas cidades e em grandes vilarejos” (BREWER, 2013, p. 153). O clube se formava pela reunião da elite local, de “mercadores, agricultores ricos e da pequena nobreza” em estalagens ou em tavernas, onde eles escolhiam “as aquisições do clube, debatiam as questões do dia” e também comiam e bebiam (p. 153). Ao final do século XVIII, estima-se que mais de sessenta “clubes do livro” tivessem sido abertos em grandes e em pequenos centros da Inglaterra. Em 1821, seriam cerca de oitocentos clubes (CLARK, 2002, p. 109). Clubes como esses se tornavam importantes sociedades de partilha do conhecimento, ajudando, portanto, a formar a opinião de seus associados.

Como as bibliotecas e as sociedades literárias quase sempre se resumiam em locais frequentados por eruditos ou letrados, outra alternativa – simples, barata e mais popular – de entrar em contato com as narrativas de viagem era através das bancas de livros. Dentre as suas pilhas de jornais, de gazetas e de livros, encontravam-se materiais

impressos de geografia, de história antiga e moderna, além de “narrativas de viagem e escritos imaginativos criados em lugares exóticos” (DOOLEY; BARON, 2001, p. 227). Se os vendedores ambulantes podiam carregar livros das bancas para casas de cafés ou para locais movimentados – e isso era visto como uma desvantagem em relação a uma loja de livros –, é certo que os clientes também pudessem manusear as obras de maneira mais livre. Além dos títulos em língua nacional, esses vendedores ambulantes exibiam também livros estrangeiros adquiridos, sobretudo, na feira de Frankfurt, a maior feira de livros desta época. Alguns livreiros eram mesmo especializados em livros estrangeiros. Dado este cenário, é certo que impressores e livreiros colhiam “lucros significativos a partir dos livros de viagem” (COLE, 1972, p. 67).

Como escreveu Daniel Woolf, não havia nada que substituísse uma visita a um vendedor de livros. As instalações das lojas de livros eram “espaços sociais que, assim como as casas de café e os clubes, tinham um lugar na criação da ‘esfera pública’ da vida intelectual inglesa” (2005, p. 263). Na Inglaterra, além das áreas urbanas, havia vendedores ambulantes de livros também nas áreas rurais. No caso das bancas de livros, a atração dos clientes ocorria ademais pela venda de outros produtos que não os textos impressos. Materiais de escritório, bilhetes de loteria e mesmo drogas ficavam sobre o balcão à disposição dos consumidores (ELIOT; ROSE, 2009, p. 247). Lembremos ainda o personagem de quatorze anos citado por Woolf. William Stukeley passeava por Londres entre 1700 e 1701, e, dispondo de tempo e de dinheiro, circulou por bancas de livros em St. Paul’s e em Westminster.

O garoto encheu os seus bolsos com livros, além de adquirir uma “variedade de bússolas, microscópios e outros instrumentos científicos” (WOOLF, 2005, p. 256). Desse modo, entre um produto e outro, os livros poderiam ser consultados.

Paris possuía uma vantagem em relação ao comércio de livros feito em Londres. No século XVIII, a cidade se tornava um local de visita frequente para os turistas. Assim, as lojas de diversos produtos – incluindo as de livros – transformavam-se em destinos “quase obrigatórios” e atraíam também turistas estrangeiros (COQUERY, 2004, p. 77). O escritor francês Louis-Sébastien Mercier (1740–1814) deu o seu testemunho sobre o crescimento do mercado de livros, afirmando que se lia “dez vezes mais em Paris” neste momento do que cem anos antes, “quando se considera a infinidade de pequenas livrarias espalhadas em todos os lugares, assentadas em barracas nas esquinas das ruas e por vezes ao ar livre, vendendo livros velhos ou panfletos novos que se sucedem sem interrupção” (1781-1788 apud MAILLARD; MONOK; NEBBIAI, 2009, p. 30). Para Mercier, os clientes eram como “imãs” que ficavam em torno do balcão incomodando o vendedor. Ali eles permaneciam por horas, inclinados sobre os livros, “percorrendo os folhetos” e decidindo com antecedência sobre o “seu mérito e o seu destino” (p. 30).

Nesses espaços, ocorria uma “sociabilidade espontânea”, uma “ânsia por consumir livros e publicações empilhados nas barracas”, onde se desenvolviam debates apressados (ROCHE, 1987, p. 198). Como os vendedores emprestavam livros baratos – ou de segunda-mão – por um dia ou mesmo por uma hora, o estímulo necessário

para tais debates mantinha-se sempre inflamado. Para muitos leitores de classes baixas, os livreiros e os vendedores de pequenas lojas e de barracas de livros – comerciantes estes que propiciavam o empréstimo de livros – transformavam-se em fontes importantes pelas quais se obtinham informações sobre “o último romance, o panfleto político ou a folha de escândalo” (MELTON, 2001, p. 107). Em Londres, algumas livrarias emprestavam aos seus leitores “até dois livros por dia, a uma taxa anual de 16 xelins”, um valor bastante acessível para clientes das classes trabalhadoras (p. 109).

Verifica-se, portanto, que a leitura de um livro não era feita apenas pelo proprietário de tal material. Aqui, passamos ao segundo grupo de receptores das obras de viagem citado antes: aquele que recebia informações sobre o texto por sua disseminação social. Era recorrente que os livros fossem apresentados em “rituais, espaços públicos e em locais de trabalho” (CHARTIER, 1992, p. 19). Nesses casos, a leitura do texto e o uso das imagens presentes nele tornavam a matéria escrita acessível tanto para os não letrados quanto para aqueles que teriam uma compreensão rudimentar do significado do texto, caso tentassem desvendá-lo sozinhos. Pode-se assumir, por conseguinte, que o acesso ao texto nesse momento não se resumia em uma leitura “individual, silenciosa e solitária”, nem supunha “necessariamente a alfabetização” (CHARTIER, 2004, p. 11). Esta posição é compartilhada por Elizabeth Eisenstein que acentua a presença da “palavra falada” na cultura letrada, na qual a leitura de um livro em “voz alta” ainda mantinha espaço (2005, p. 8).

A leitura em “voz alta” ocorria em tavernas e em praças das cidades, mas se dava também em “salas de aula, igrejas, Cortes, grandes salões e mesmo em escritórios” (HACKEL, 2005, p. 47). No século XVI, o já citado cronista inglês Raphael Holinshed afirmava que, caso um estrangeiro entrasse na Corte da Inglaterra, deveria “se imaginar mais em alguma escola pública das universidades – onde muitos emprestavam os ouvidos a alguém que lê – do que dentro de um palácio de príncipes, se você a compara com a [Corte] de outras nações” (p. 47). Dentre os formatos de obras lidas oralmente, estavam “livros pequenos e panfletos – geralmente escritos de forma anônima e impressos em papel barato”. O tema religioso era muito presente nesses círculos de leitura, além de “contos, fábulas ou misturas de fato e ficção que forneciam entretenimento” (ROESSLER; MIKLOS, 2003, p. 23).

As narrativas de viagem – assentadas em episódios curiosos sobre as sociedades estrangeiras – eram uma fonte potencialmente rica para esse cenário de leitura oral. Mas ainda que os temas tratados pelos relatos instigassem o interesse do público, não há elementos amplos e fortes o suficiente para afirmar sobre a sua presença em tais círculos de leitura. De outro modo, dada a frequência com que os relatos eram impressos e a disponibilidade de formatos com preços razoáveis, as narrativas tornavam-se temas propícios a um espaço que vinha ganhando adeptos entre os europeus: as casas de café. O crescente interesse por essa bebida foi acompanhado de perto pela incitação aos encontros sociais e pelos debates sobre os assuntos correntes do momento. Café e leitura transformavam-se, assim, em um par estimulante.

Sabemos, por meio de uma testemunha da época, que nos primeiros anos do século XVIII havia mais de oito mil casas de café nos arredores de Londres (HARRIS, 2000). Nesses lugares, até mesmo os mais “socialmente humildes” podiam ter acesso “aos últimos panfletos e jornais”, além de ouvirem e discutirem os acontecimentos que lhes eram contemporâneos. Não sem razão, a primeira pergunta que o dono de um café fazia aos seus clientes era “quais são as notícias que você tem, senhor?” (FOX, 2000, p. 376). Nas casas de café, podia-se contar com a presença do já citado viajante inglês Henry Blount – um dos proponentes e entusiastas em beber café⁶³ –, como também com um público não viajado, mas interessado nos costumes de povos distantes, cuja matéria se transformava em tema de curiosidade e de debate (COWAN, 2005, p. 20). Já em Paris, em 1720, havia 280 casas de café, número que chegaria a novecentos em 1789. Esse crescente interesse pelo café ajuda a entender o empenho do viajante francês Jean de La Roque – citado no Capítulo 2 – em buscar uma alternativa para a importação de café diretamente dos fornecedores do Iêmen.

Em Londres, a casa de café nomeada *Lloyd's* converteu-se em um lugar de encontros de negociantes de classe média e de comerciantes, enquanto outros cafés atraíam “escritores, artistas e políticos”, o que os colocava no centro da vida urbana do século XVIII (ALBALA, 2003, p. 84). O *Child's* café, também em Londres, “tornou-se o

⁶³ No retorno de Henry Blount para a Inglaterra, “ele se tornou um dos primeiros proponentes do consumo do café, e um frequentador assíduo das primeiras cafeterias” (COWAN, 2005, p. 19).

lugar favorito de médicos e membros da *Royal Society*” (O’BRIEN, 2001, p. 268). Nesses espaços, fomentavam-se discussões sobre a política, sobre as últimas iniciativas dos “virtuosos” ou sobre um novo remédio. Folhetos e periódicos eram especialmente consultados. Diferentemente das bibliotecas privadas ou públicas, as casas de café incentivavam – além da leitura silenciosa – a leitura oral, promovendo, então, “uma oportunidade de se conversar sobre aquilo que havia sido lido” (PARK; DASTON, 2006, p. 321). Uma leitura desse tipo poderia não apenas transformar o significado do texto como criar representações a partir dele. Esse tema será retomado quando da discussão sobre representação e imaginário.

Na obra do filósofo alemão Jürgen Habermas, as casas de café foram consideradas parte importante da composição da “esfera pública”. As casas de café na Inglaterra, assim como os *salons* na França, são vistos por Habermas como “centros de crítica” – inicialmente literários e, depois, políticos –, nos quais emergiu “entre a sociedade aristocrática e os intelectuais burgueses certa paridade” na educação (1991, p. 32). No seu livro, originalmente publicado em 1962, Habermas defendia que, entre os frequentadores das casas de café, estavam também “estratos mais amplos da classe média, incluindo artesãos e comerciantes” (1991 p. 33). Ainda que fosse assim, o próprio Habermas deixara ressaltada a função destacada da classe burguesa na composição do espaço “público”. O que estudos recentes têm mostrado, contudo, é que as casas de café eram mais “acessíveis” do que o autor assumira inicialmente (COWAN, 2004, p. 345).

Considerar tal afirmação implica, por conseguinte, assumir que a disseminação de informações – e dos

debates que dela seguiam – ocorria entre classes sociais heterogêneas e não apenas entre restritos grupos de eruditos presentes em bibliotecas ou em sociedades literário-científicas. Lembremos que uma das críticas feitas às casas de café era justamente a “associação promíscua” que ali se dava entre pessoas de diferentes “graus da escada social”, desde o artesão até o aristocrata (KLEIN, 1996, p. 35). A ampliação da diversidade social concorria em importância com os temas lidos ou discutidos nas casas de café. Um dos “tópicos favoritos” nesses lugares eram os relatos sobre “países e culturas estrangeiras” (COWAN, 2005, p. 108). Quem nos serve de testemunho é Samuel Pepys (1633–1703), integrante da marinha inglesa, além de presidente da *Royal Society* entre 1684 e 1686.

Samuel Pepys foi um dos primeiros ingleses devotados a beber café. Na casa de café *Cornhill*, Pepys ouviu o “Tenente Collonell Baron contar histórias muito boas de suas viagens sobre as altas colinas na Ásia, acima das nuvens” (COWAN, 2005, p. 108). Esse exemplo indica uma prática que, de acordo com seu *Diário*, era recorrente: ele nunca mencionou ter lido um jornal dentro de uma casa de café. Ele preferia, ao contrário, ouvir e discutir as notícias no “cenário mais público da cafeteria”. Em outra ocasião, Pepys teve a chance de se encontrar com o já citado viajante inglês Henry Blount, “um dos primeiros ingleses a beber café durante as suas viagens pelo Levante”. Blount pôde contar a ele “histórias do Egito e outras coisas”. As casas de café resumiam-se, portanto, em um “novo local para o consumo de contos de viagem que foram fundamentais para a cultura virtuosa” (COWAN, 2005, p. 108).

As ligações entre as casas de café europeias e as viagens para o Levante estavam além das discussões tecidas sobre os livros originados destas últimas. Uma vez que o Império Otomano – e, em menor medida, o Império Persa – haviam inspirado o consumo de café na Europa, a presença de elementos islâmicos nos cafés europeus seria constante. Nesse sentido, a literatura de viagem ou os viajantes, eles mesmos, tornavam-se o elo forte entre o conhecimento sobre o café, os costumes das sociedades estrangeiras e o espaço para apreciar a bebida em solo europeu. Como afirmou Brian Cowan, os “viajantes virtuosos e, ainda mais, os leitores virtuosos de literatura de viagem e de relatos sobre as mercadorias de culturas exóticas, foram os primeiros ingleses a aprender sobre, a escrever sobre, e, de fato, a beber café” (2005, p. 14). Foram estes virtuosos, como nomeia Cowan, que apoiaram o uso da nova mercadoria, mesmo quando as suas propriedades médicas foram postas à prova por ditames neoparacelsistas – contrários ao seu caráter de droga exótica – ou quando comerciantes reprovaram o seu consumo, temerosos pelo excesso de importações.

O estabelecimento de cafés na Europa abriu espaço para o incremento de elementos de tendência orientalista. Dentre eles, dois merecem destaque: um em razão das circunstâncias em que o café era apreciado e outro por reforçar uma imagem já muito discutida até aqui. O primeiro caso refere-se à acolhida dada aos “estabelecimentos que ofereciam banhos turcos em suas instalações” (COWAN, 2005, p. 116). Os banhos espalhados pela Europa haviam sido fechados durante o período medieval em resposta ao medo de transmissão de doenças, como a peste e a sífilis,

além de incitamento à prostituição. No início do século XVII, contudo, tanto o esforço dos médicos em “reabilitar a reputação dos banhos quentes” quanto os relatos dos viajantes sobre o uso dos banhos públicos entre os muçulmanos contribuíram para a retomada de seu uso na Europa (COWAN, 2005, p. 116-117). Nesses banhos, a oferta de barbeiros, massagistas e de tratamentos terapêuticos vinha acompanhada certamente de café e de outras bebidas quentes.

O segundo elemento, já muito mencionado nos dois primeiros capítulos, era o caráter sexual associado aos comportamentos cotidianos dos muçulmanos, em particular dos turcos. As casas de café na Ásia não eram apenas vinculadas ao uso de drogas, tais como o ópio e o tabaco – o que levava, portanto, à criação de imagens de deleite ou de alucinação –, como também eram relacionadas a um comportamento licencioso. Sobre isso, os relatos de dois autores são exemplares. O primeiro deles é de George Sandys, poeta inglês que viajou pelo Império Otomano em 1610, permanecendo ali por um ano. Sandys afirmava que os turcos não possuíam tavernas, mas tinham as suas casas de café que se assemelhavam às primeiras. A afirmação sobre o teor sexual desses lugares vinha logo em seguida, pois o autor acreditava que os donos dos cafés mantinham nesses locais “belos rapazes” com a intenção de adquirirem clientes (SANDYS, 1615, p. 66).

Antes de Sandys, outro inglês, Sir Anthony Sherley (1565–1635), já havia feito apreciações a respeito do café e das casas de café na Ásia. Embora o título de seu livro se referisse às aventuras na Pérsia, os seus comentários sobre essa matéria se originavam de sua passagem pela cidade

de Alepo, na atual Síria. Ainda que não tivesse apreciado a bebida, Sherley acreditava que ela era “muito saudável”. O ambiente em que o café era servido, de outro modo, fora reprovado pelo viajante. Ele assegurava que os donos dos cafés mantinham rapazes nesses espaços. Em alguns cafés, havia doze jovens, e o número variava de um café para outro. Os rapazes, que se apresentavam bem vestidos, eram chamados de *Bardashes* e eram “usados” de “maneira bestial no lugar das mulheres”, pois durante todo o verão os turcos mantinham “as suas mulheres muito fechadas em suas casas e fazem uso dos garotos” (SHERLEY, 1613 apud ROSS, 1933, p. 112). Cabe lembrar que o termo *bardash* significa homossexual masculino.

Afora os cafés, nos espaços públicos também era possível verificar informações impressas. A população participava das transformações operadas pela impressão de textos no momento em que avistava cartazes nas ruas ou quando ouvia comentários sobre determinada imagem no pasquim. Por tais razões, a oportunidade de acesso aos textos impressos para as pessoas não alfabetizadas era muito maior na cidade do que no campo. Como afirma Natalie Zemon Davis, o artesão urbano tinha maior probabilidade de se deparar com um livro impresso em francês do que o teria um camponês. Este poderia ter familiaridade com manuscritos redigidos em provençal, mas não com um “Calendário” impresso (1990, p. 174)⁶⁴. No caso

⁶⁴ O calendário citado por Davis refere-se ao *Calendrier des bergers*, protótipo do almanaque francês publicado pela primeira vez em 1491. Os temas do *Calendrier* reuniam tanto danças macabras quanto tratados de astrologia e cosmologia, além de agricultura e de escritos sagrados. Sobre isso, ver Ribémont, 2008, p. 2.

da França, David Hall cita uma diferença de alfabetização entre o norte e o sul, pois aquela região era mais letrada do que esta.

Transportadores profissionais, vendedores ambulantes e comerciantes viajantes eram frequentemente mediadores dos assuntos, das informações circulantes e elos de redes de comunicação da forma como outras poucas fontes poderiam ser (FOX, 1997, p. 602). Os comerciantes e os viajantes exerciam o papel de facilitadores da informação “boca a boca” na medida em que possuíam contato regular com Londres, “o centro onde a maior parte das notícias era gerada e [local de] origem de muita especulação política” (FOX, 1997, p. 603). Um visitante em Londres em 1631 assegurava que em várias partes desta cidade os “homens vão dizer-lhe mais coisas do que todo mundo”. Sobre o *Exchange*, um entreposto onde agentes e comerciantes se encontravam para fazer negócios, o visitante completava: “todos eles desejam notícias” (FOX, 1997, p. 603). Como os magistrados bem sabiam, era precisamente pelo “contato casual e pelo questionamento feito aos viajantes, que a informação e o rumor na maioria das vezes se espalhavam por todo o país” (FOX, 2000, p. 342).

É certo que nem sempre as viagens foram bem-vistas pelos europeus, e esta postura não se referia somente ao conteúdo publicado pelos viajantes. O próprio fato de se viajar não era tomado como uma atividade proveitosa. Entretanto, em meados do século XVII, na Inglaterra, as apologias sobre os perigos da viagem deram lugar à exaltação de seus usos educacionais e de suas vantagens. René Descartes (1596–1650) também defendia a viagem como um “aprendizado filosófico”, argumentando sobre o seu valor educativo e epistemológico (NEWMAN, 2007,

p. 113). A partir de então, os relatos de viagem transformaram-se em um dos elementos responsáveis pela “captura e consolidação em textos dos elementos da tradição popular oral”, na forma como esses eram encontrados por estudiosos e por turistas (FOX; WOOLF, 2002, p. 30).

Além de propiciar a concatenação dos vários episódios empíricos, as viagens também se revelavam matéria para conversas. Os que viajavam compartilhavam frequentemente as suas experiências em salões e em Cortes. Dado o caráter de prestígio das conversas sobre o tema das viagens, o assunto era mencionado nos discursos até mesmo daqueles que não haviam vivido tal experiência. Se esse tipo de prática gerava a descrição de viagens fantasiosas – como mencionei no início deste item –, aqueles que tinham de fato empreendido uma viagem eram vistos como importante fonte de conhecimento sobre as sociedades estrangeiras. É o caso do joalheiro Jean Chardin que em sua estadia em Londres “impressionou os seus convidados como um cronista confiável de suas viagens que eram, nas palavras de John Evelyn, ‘não inclinadas a falar sobre maravilhas’” (AMES; LOVE, 2003, p. 50). Isso não impediu, contudo, que o próprio Chardin se apresentasse na *Royal Society* vestindo um traje persa completo.

As conversas sobre viagem não eram exclusivas, por suposto, das classes sociais abastadas. Como lembrou Adrian Johns, as inovações suscitadas pela impressão dos textos “coincideram com e reforçaram as transformações na vida do estudioso e também do artesão” (apud PARK; DASTON, 2006, p. 323). Com o aumento no número de impressões textuais, cresciam também as trocas de informação entre as classes trabalhadoras. Entre o início do

século XVI e o fim do século XVII, “o mundo daqueles nos níveis mais baixos e menos alfabetizados era fundamentalmente permeado pela palavra escrita” (FOX, 2000, p. 50). De maneira corrente, as Bíblias, os livros de trabalho e os *Livros de horas*⁶⁵ se faziam presentes também entre estes grupos sociais. O anseio por informações era notório. Não sem razão, um panfleto do século XVII trazia uma mensagem que era comum no início das conversas travadas neste período: quais são as novidades? (FOX, 2000, p. 341).

Em virtude da importância crescente do texto impresso, outro ambiente de disseminação de informações era o próprio local em que os livros eram reproduzidos. As tipografias se estabeleciam de modo geral em prédios que eram originalmente casas e que assim permaneceram. Ou seja, acima da oficina, estava a casa do “mestre impressor e de sua família”. Além disso, e de forma não incomum, moravam ali também os aprendizes e os jornaleiros. Essa contiguidade entre os aposentos doméstico e profissional era usual em toda a Europa ocidental. Em Paris, “tipógrafos frequentemente trabalhavam em edifícios que não eram apenas casas, mas também locais de serviço, com a prensa no segundo andar e a livraria no primeiro” (JOHNS, 1998, p. 75). Na Inglaterra, tal proximidade entre o espaço de trabalho e o da casa levou à criação de “estruturas e linguagem da família”, com os livreiros dirigindo-se aos artesãos como irmãos. Na França, do mesmo modo, as guildas em que os artífices se uniam seriam

⁶⁵ O *Livro de Horas* era um “manual popular de devoção privada durante a Idade Média”, no qual havia oito devoções à Virgem Maria, as quais deveriam ser feitas em diferentes momentos do dia, daí o seu nome (BACKHOUSE, 1997, p. 5).

comumente conduzidas por uma “mãe” (JOHNS, 1998, p. 76). Depreende-se desse cenário que os assuntos compartilhados no ambiente de trabalho tinham acesso direto ao ambiente da casa.

Já no caso de uma tipografia instalada em local estritamente profissional, como era aquela de Lyon no século XVI, as trocas de informações eram potencializadas pelo número de funcionários. Ali havia cerca de seiscentos empregados que incluíam homens de vários níveis sociais: além dos “grandes comerciantes-editores” e dos “tipógrafos-editores independentes”, trabalhavam também “os mestres artesãos e os oficiais tipógrafos que junto com outros artesãos eram agrupados como ‘povinho’ – o *menu peuple*”. Não nos esqueçamos, por fim, dos “diaristas não qualificados” (DAVIS, 1990, p. 11). O tema das viagens ganhava reforço, uma vez que não se fazia conhecido apenas como objeto de impressão, mas também como matéria empírica das classes trabalhadoras.

Ocorre que desde o século XV havia um impulso para a publicação de autobiografias populares. Desfrutando de maior estímulo entre os protestantes – mas, ainda assim, presentes entre membros de ordens baixas das sociedades católicas –, esses textos se disseminavam pela Europa. Para além das formas nas quais eles eram publicados, o que nos interessa particularmente é o papel que a viagem ganhava na construção dessas autobiografias. A viagem era “de fato tão importante na autobiografia do artesão que se pode propriamente se referir a ela como uma literatura de deslocamento, em vários sentidos do termo” (AMELANG, 1998, p. 124). A julgar pela informação de Jonathan Dewald sobre o fato de a literatura de viagem ser o segundo

gênero mais vendido no início da modernidade – atrás apenas da História (2004, vol. 6, p. 68) –, é válido apontar que as autobiografias se utilizavam do sucesso desfrutado por tal literatura para projetar-se no mercado editorial. Se inicialmente esses trabalhadores não possuíam visibilidade e interesse dos publicadores, isso se transformou com a propagação dos escritos populares.

Como pudemos notar até aqui, os espaços de convívio entre variados grupos sociais foram cruciais na disseminação das informações contidas nos materiais impressos. As notícias eram, nas palavras de John Sommerville, o “caminho normal para iniciar uma conversa” (1996, p. 75). Seguindo esse raciocínio, Robert Park, referindo-se à dinâmica de funcionamento dos cafés, afirmou que, uma vez começado o debate, “o confronto de opiniões e sentimentos que a discussão invariavelmente evoca geralmente termina em algum tipo de consenso ou opinião coletiva, o que chamamos de opinião pública” (1940, p. 677). Não temos, por suposto, elementos suficientes para precisar o nível de homogeneidade a que tais conversas chegavam, especialmente no que concerne às viagens. De todo modo, somando-se a receptividade desse gênero literário às informações trazidas por seus autores, consegue-se desenhar o conjunto de referências persistentes sobre as sociedades islâmicas. É sobre este tema que me deterei agora.

3.5 Impressões orais nas narrativas de viagem

Até o momento, foram apontadas as características referentes ao texto de viagem, assim como as imagens

construídas neles sobre as sociedades islâmicas e o espaço de circulação de tais imagens. Com esses elementos circunscritos, será necessário se perguntar sobre a relação tecida entre o texto e o público. Para discutir este item, farei uso da análise sobre hermenêutica de Paul Ricoeur que não resume a problemática do texto à escrita, mas o faz em consonância com a fala. O objetivo, portanto, será apontar as relações que conectam os componentes internos do texto com as formulações orais circulantes neste período. A questão que pretendo examinar por ora será: o discurso textual permite que sigamos os rastros da fala impressos ou implícitos nele?

As narrativas de viagem mencionadas até agora foram elaboradas por autores que viveram em uma dada extensão temporal e, como ressaltado antes, são resultado, portanto, de tal tempo histórico. Sendo assim, nenhum de seus autores estava imune à influência do cenário social em que escreveram seus textos. Nesse sentido – e considerando os ambientes de trocas de informações frequentados por tais personagens –, não será precipitado lançar a hipótese de que determinadas impressões orais possam ser encontradas, em maior ou em menor medida, nos relatos produzidos por esses viajantes-escritores.

Quando voltamos aos textos, essas ideias circulantes no meio social tendem a se desenhar. Entendo por ideias circulantes não apenas as referências que eram extraídas de outras obras, mas também informações que extrapolavam os textos à medida que compunham um cenário de impressões orais⁶⁶. Se o primeiro caso pode ser verificado

⁶⁶ Aqui caberia considerar, por suposto, a ideia de circularidade entre cul-

à exaustão, como já citei nos Capítulos 1 e 2, este último elemento é apreendido a partir de pistas dadas nas narrativas. Uma dessas ideias que indicam ganhar corpo fora do texto é encontrada em Henry Blount. Logo no começo de seu livro, ele se propôs investigar a seguinte questão: o “jeito turco” parecia bárbaro, “como *nos* é dado a entender” ou seria esta outro tipo de civilização, diferente da europeia? (BLOUNT, 1636, p. 2, grifo meu).

Essa afirmação de Blount, no que se refere ao “nos é dado a entender”, indica que a sua viagem foi motivada pela possibilidade de investigar uma ideia que percorria a sociedade inglesa e, de forma ampla, a Europa ocidental. Afinal, ele registrou na narrativa uma informação que indicava ser compartilhada com os seus futuros leitores. Nesse sentido, pode-se sugerir que a observação feita pelo advogado fazia parte de um grupo de informações – que possuía algum grau de homogeneidade – a figurar no pensamento e no quadro de transmissões orais da sociedade inglesa.

Exemplo similar pode ser encontrado no texto do joalheiro Jean Chardin. No Capítulo 1, assinalei a informação dada por ele acerca do serralho no tomo oitavo de sua obra. Comungando a afirmação com o seu leitor, Chardin alegava que “*nós* atribuímos uma ideia de Luxúria” a tal espaço, mas este significava “entre os Orientais, Palácio, ou Hotel [habitação ampla]” (1711, tomo 8, p. 191, grifo meu). Não é demais lembrar que o mesmo Chardin, no “quadro de conteúdos” de sua obra, chamava

tura “subalterna” e “hegemônica” explorada por Carlo Ginzburg e, antes dele, por Mikhail Bakhtin. Ver *Prefácio à edição italiana de O Queijo e os Vermes* (GINZBURG, 2006, p. 11-26).

a atenção mais uma vez para o significado equívoco sobre o serrallo. Ali se apontava a “ideia falsa que *nós* temos quanto ao significado desta palavra” (p. 191, grifo meu).

No século XVIII, as pistas sobre o “pensamento europeu” a respeito dos islâmicos continuaram a aparecer. Dessa vez, é Mary Montagu quem nos indica as impressões dos ingleses sobre os turcos. Na *Carta LVIII* de seu texto, a autora escrevia a um conde: “eu realmente posso informá-lo, senhor, que os turcos não são tão ignorantes como *imaginamos* que eles sejam em matéria de política, ou de filosofia, ou mesmo de bravura” (MONTAGUE, 1763, vol. 3, p. 70, grifo meu). É certo que o grupo referido pelo pronome “*nós*” do texto de Montagu variou ao longo das suas cartas. A autora o utilizou tanto para indicar os ingleses quanto as mulheres inglesas, a sua comitiva e os próprios viajantes. De todo modo, o sujeito fica evidente no contexto de cada carta. O que se torna relevante para os objetivos aqui expressos é a recorrência do emprego da palavra *fancy* [imaginação].

Não foi apenas Montagu quem *imaginou* determinadas características sobre os turcos. Outra passagem do texto de Blount – ainda que não desenvolvida pelo autor – permite que se pense em como as impressões sobre os turcos se propagavam entre os ingleses ou mesmo entre os europeus. No momento em que o autor demarcava as distinções entre os europeus e os turcos, ele fazia notar o “diferente deleite e tensão da nossa *fantasia* a partir deles” (BLOUNT, 1636, p. 85, grifo do autor). É importante lembrar que a palavra traduzida como fantasia [*fancy*] aparece em outros momentos do texto para indicar a ideia de construção ou mesmo de criatividade. Ainda que seja

assim, é possível acreditar que a fantasia para Blount partia de algo concreto e se transformava a ponto de não indicar necessariamente este dado inicial. Isso significa que tal formulação estaria mais próxima de uma apreensão não sensível da realidade. O tema da imaginação será retomado nos dois itens finais deste capítulo.

Por fim, encontramos em William Lempriere mais um indício do “pensamento europeu” sobre os islâmicos, dessa vez, tendo-se os mouros do Norte da África como o objeto de análise. O médico inglês afirmava que os mouros permitiam cultivar um “preconceito que é muito comumente atribuído aos Muçulmanos em geral”, isto é, a crença de que “as mulheres são completamente uma espécie inferior de animais, meramente criadas para serem escravas dos prazeres masculinos” (LEMPRIERE, 1800, p. 275). Sendo assim, a salvação delas não era de fato importante, e era com esse sentimento que os homens se comportavam em relação às mulheres, em todas as situações.

Essas pistas são importantes para se pensar a rede de circulação das informações presentes nas sociedades europeias e nas narrativas de viagem. O fato de os autores concederem destaque aos temas citados anteriormente nos indica que tais afirmações faziam parte do cenário de impressões orais que corriam a sociedade europeia nos séculos XVII e XVIII. Portanto, teríamos não apenas um conjunto de observações empíricas sobre as sociedades visitadas, mas também a interferência de ideias exteriores ao texto e que denotariam uma forma de pensar de seus autores e da sociedade em que eles se inseriam.

Os exemplos dessas ideias circulantes, somados ao repertório de tais narrativas, são dois componentes necessários para pensar a constituição de um imaginário sobre

o harém. Mas eles devem ser relacionados a um terceiro item: o compartilhamento dessas declarações. Nesse caso, deve-se questionar: as ideias mencionadas nas narrativas eram disseminadas pela sociedade de forma ampla, de modo a se fazerem conhecidas também pelas camadas “populares” ou, como chamou Carlo Ginzburg, pelas “classes subalternas” (2006)? Afinal, um camponês, morador de uma cidade distante de Londres ou de Paris, poderia ter acesso às informações presentes em um relato de viagem? Ao lado disso, devemos questionar se o texto era reflexo do que pensavam as sociedades inglesa e francesa – incluindo o camponês – sobre o harém durante os séculos XVII e XVIII. Portanto, vale a questão: a que “nós” esses autores se referiam quando pensavam nessas ideias partilhadas?

Considerando como exemplo o camponês já citado – grupo que compunha entre 80% e 90% da população da Europa neste período (BURKE, 2009, p. 57) –, é fato que ele poderia tanto comprar um livro de viagem⁶⁷ quanto tomar conhecimento de seu conteúdo por um mecanismo que não fosse a sua leitura. A transmissão de imagens feita de uma pessoa para outra seria o meio empregado nesse caso. Contudo, se já consiste em tarefa difícil precisar a importância da leitura para o campesinato de uma forma geral, fazê-lo em relação aos livros de viagem, especificamente, torna-se improvável. Nesse sentido, não será adequado assumir que as ideias desse gênero literário fossem

⁶⁷ O camponês Claude Dumesnil, nascido em 1653, não só possuía uma pequena biblioteca como também alguns livros de viagem (GOUBERT, 1986, p. 113).

conhecidas por todos os grupos sociais. E ainda que considerássemos tal hipótese, não equivaleria a assegurar que todos concordassem com essas ideias e as disseminassem.

Diante disso, um problema central se revela. Dado que a cultura da maior parte da população era eminentemente oral, como verificar as balizas do “pensamento europeu” ao longo da modernidade, tendo-se como fontes principais os textos de viagem? Trata-se de dificuldade similar àquela imposta ao trabalho de Ginzburg ao estudar a vida de um moleiro friulano queimado por ordem do “Santo Ofício”, no século XVI. Para contar a história de Domenico Scandella (ou Menocchio), Ginzburg utilizou os processos inquisitoriais, além de documentos sobre as “suas atividades econômicas, sobre a vida de seus filhos”, páginas escritas pelo próprio Menocchio e “uma lista parcial de suas leituras”. A diferença evidente entre este estudo e o tema abordado aqui é que as fontes usadas por Ginzburg retratavam abertamente a figura do moleiro, enquanto as narrativas de viagem não fazem menção direta aos camponeses.

Os limites do uso de tais fontes empregadas com o objetivo de se circunscrever o “pensamento europeu” na modernidade são evidentes. Não quero afirmar com isso que as narrativas de viagem não estivessem refletindo as estruturas de pensamento de um grupo maior do que cada viajante. É certo que os viajantes relatavam um modo de agir e revelavam a opinião geral de uma classe, mas não de todas as classes europeias. Portanto, mesmo havendo uma circularidade cultural entre as várias camadas da sociedade, ou seja, mesmo existindo o “influxo recíproco entre cultura subalterna e cultura hegemônica” (GINZBURG,

2006, p. 15), isso não pode ser assumido como indício de homogeneidade das ideias compartilhadas pela elite e pelo campesinato.

Decorre daí que as ideias circulantes nas narrativas de viagem implicavam certamente uma forma de pensar, de representar o harém islâmico na modernidade. Entretanto, pode-se apenas universalizar o alcance desse conjunto de representações hegemônicas entre os grupos letrados e aqueles próximos à influência direta da leitura dos relatos e das conversas sobre esses relatos. Generalizar tal assertiva para todas as classes sociais europeias no período tratado aqui não consistiria apenas em um erro como se resumiria em uma reflexão apressada, pouco afeita às complexidades culturais dessas sociedades.

Uma vantagem no emprego das narrativas de viagem como fontes documentais é justamente o caráter heterogêneo de seus autores. Como pudemos notar, a publicação de um relato de viagem não estava restrita a uma pequena elite política ou econômica. Ainda que a viagem e a posterior publicação do texto estivessem circunscritas ao grupo capaz de financiar o seu deslocamento a outro país e habilitado a registrar esta experiência em texto, tais condições não eram impeditivas para as camadas populares. Sendo assim, dentro desse imenso grupo de textos, há aqueles que são resultado da viagem de artesãos – como ocorrera com Thomas Dallam – e nos ajudam a verificar o entendimento sobre o harém entre os indivíduos desta camada social.

O fato de não se poder indicar com precisão o nível de conhecimento e de leitura das narrativas de viagem dentre as classes populares não corresponde, em absoluto, à completa ausência deste gênero em tais comunidades.

Cito, uma vez mais, o caso do camponês Menocchio. Mesmo sendo um homem de posses modestas e não muito familiarizado com a escrita, uma de suas leituras indicadas ao inquisidor do “Santo Ofício” referia-se à obra “As viagens de John Mandeville” (GINZBURG, 2006, p. 83). Este texto foi originalmente compilado em francês por volta de 1360 e consistia em um relato sobre o Levante no período medieval. O sucesso da obra foi tão grande, que a sua tradução tornou-se disponível em nove línguas, incluindo o latim.

O impacto da obra de Mandeville no pensamento do moleiro Menocchio foi tão intenso, que ajudou a moldar o seu conceito de “Paraíso”. Este seria

um lugar delicado, onde se encontram todas as frutas de todas as estações, rios sempre cheios de leite, mel, vinho e água doce. E [...] lá existem casas belas e nobres segundo o mérito de cada um, adornadas por pedras preciosas, ouro e prata. Todos terão suas donzelas, usufruirão delas e cada vez serão mais bonitas (GINZBURG, 2006, p. 128).

Essa descrição remete diretamente ao conceito de “Paraíso” apresentado no Alcorão, em que são prometidos aos piedosos “rios de água nunca malcheirosa, e rios de leite, cujo sabor não se altera, e rios de vinho, deleitoso para quem o bebe, e rios de mel purificado. E, nele, terão todo tipo de frutos, e perdão de seu Senhor” (NASR, 2005, p. 841-842). A afirmação do moleiro revela ainda outro dado importante a respeito de seu pensamento sobre o islamismo. Não deixa de ser curioso que apenas as “donzelas” tenham sido lembradas por Menocchio. Os(as) huris, também citados(as) no Livro sagrado dos

muçulmanos (p. 822) e cujo sexo não é identificado, foram completamente sobrepujados pela figura *da jovem* donzela disponível no “Paraíso”.

Como se pôde verificar no exemplo citado e no que foi discutido neste capítulo, a cultura das classes populares não era submissa àquela das classes dominantes, tampouco mera consumidora do que era produzido por estas. Ao contrário, a cultura letrada esteve em permanente contato com a cultura oral. Como lembrou Adam Fox, a oralidade e a escrita na Inglaterra dos séculos XVI e XVII formavam um “contínuo dinâmico”, com uma alimentando a outra de forma recíproca (2000, p. 50). Isso também era verdade para a França, onde a “importância da audição e da visão” era evidente até mesmo para os alfabetizados (GOLDSTEIN, 2012, p. 124).

Seja através da linguagem falada ou da linguagem escrita, o fato inquestionável é que a cultura de um grupo se faz a partir dela. Para além da dicotomia entre saberes da elite e saberes populares, deve-se entender cultura aqui como tudo aquilo que é característico do “modo de vida” de um povo, de uma comunidade, de uma nação ou de um grupo social” (HALL, 1997, p. 2). Um elemento importante dessa conceituação lembrado por Stuart Hall é que a cultura, preocupada com a produção e com a troca de significados, ocorre pelo meio privilegiado da linguagem. Em outras palavras, é a linguagem que traduz “pensamentos, ideias e sentimentos” representados na cultura. Portanto, como escreveu Hall, “os significados culturais não estão apenas ‘na cabeça’”. Estes “organizam e regulam as práticas sociais, influenciam nossa conduta e, consequentemente, têm efeitos reais, práticos” (HALL, 1997, p. 3).

É a partir de tais balizas que Hall define o conceito de discurso. Este se refere à produção de conhecimento através da linguagem. Uma vez que todas as práticas sociais implicam um *significado*, todas elas possuem um aspecto discursivo. O resultado disso é que o discurso compõe e influencia todas as práticas sociais. Nesse sentido, a própria palavra usada para descrever um evento nos indicará a forma como este evento é representado. No caso do tema tratado aqui, a indicação ou a ausência da sexualização do harém nos informa um modo de representar este espaço. Decorre daí que o discurso tem efeitos reais na prática, isto é, a descrição torna-se verdade (HALL apud MAAKA; ANDERSEN, 2006, p. 167).

Por tais razões, as descrições apontadas em um material escrito nunca são circunscritas a ele. A partir do discurso textual, criam-se usos e representações, como escreveu Chartier, que “não são absolutamente redutíveis às vontades dos produtores de discursos e de normas” (2004, p. 13). Para tanto, veja-se o exemplo das construções “maravilhosas”. Durante o período de conquistas de terras estrangeiras no início da modernidade, os europeus tendiam a designar as novas realidades encontradas através de termos medievais. Ou seja, no “Novo Mundo” ocorreu “a busca pela ‘confirmação da existência do maravilhoso’” (SCHWARTZ, 1994, p. 132). Portanto, nesse caso, houve uma tendência expressa dos autores em retratarem o continente americano desse modo. Essa forma de traduzir o mundo, contudo, acabou por gerar uma expectativa nos leitores europeus, os quais esperavam, em alguma medida, que as narrativas de viagem correspondessem a tais representações.

Um episódio relatado por Mary Montagu – já mencionado no Capítulo 2 – é exemplar dessa forma de descrever as sociedades estrangeiras. Em uma carta para certa senhora, a autora inglesa reclamava da “imaginação ridícula” de sua interlocutora. Deve-se acrescentar que a senhora em questão estava irritada com Montagu porque esperava ler sobre maravilhas em suas cartas, tais como antropofagia ou homens cujas cabeças cresciam abaixo de seus ombros. Mas a autora inglesa afirmava que ela não mentiria “como outros viajantes” (1763, vol. 1, p. 119). Montagu admitia ter visto uma “abundância de maravilhas”, entretanto, ela a guardaria para si por “mera malícia” (MONTAGUE, 1763, vol. 1, p. 119).

Trata-se da mesma natureza do problema enfrentado por Jean Chardin. Na volta de sua viagem pela Pérsia e com estadia em Londres, o joalheiro francês entretinha os seus convidados com histórias sobre os “bárbaros *Igniculi* que ainda adoravam o sol e o fogo como deuses” ou ainda sobre “os encantos inigualáveis das mulheres da Geórgia e de Mingrélia que compunham os haréns do Oriente” (AMES; LOVE, 2003, p. 50). Ele passou a ser visto como “um fornecedor das curiosidades exóticas que animavam e expandiam as geografias imaginativas de europeus educados no século XVII”. Chardin estava, portanto, preso entre a vontade de apresentar “um testemunho ocular crítico de suas viagens e a tentação de satisfazer as expectativas das elites europeias, mergulhadas na tradição historiográfica clássica e nos livros de maravilhas da Idade Média” (AMES; LOVE, 2003, p. 50).

Se os próprios autores tinham dificuldade em transmitir a sua experiência de viagem, isso se tornava ainda mais agudo para o texto impresso e que estava acessível ao

público em geral. Os relatos de viagem estavam, portanto, sujeitos à grande suscetibilidade quando recebidos pelos leitores. As imagens criadas a partir deles tanto faziam referência direta aos termos e aos conceitos escolhidos por seus autores quanto faziam alusão a representações distorcidas sobre o seu conteúdo. O livro de Mary Montagu, mais uma vez, ajuda-nos a ilustrar essa situação.

Como lembrado no Capítulo 2, as cartas de sua viagem para o Império Otomano foram publicadas um ano após a sua morte, o que teria ocorrido sem o completo consentimento de sua família. Logo, quaisquer erros ou deturpações encontrados no processo de publicação não poderiam contar com uma possível correção. Sendo assim, a edição de 1781, que havia sido publicada em Berlim a partir da edição original disponível na Biblioteca Britânica, trazia na contracapa a imagem de Lady Mary Montagu entrando em um *ḥammām* repleto de mulheres nuas e sendo recepcionada por uma delas.

Não se tratava, por suposto, de um engano da edição, uma vez que a própria Mary Montagu havia descrito um *ḥammām*, tendo como fonte a sua experiência pessoal em um banho público de Istambul. A representação que se criava sobre a mulher islâmica, por outro lado, é que se descolava dos propósitos indicados no texto. A imagem de Montagu entrando em um espaço repleto de mulheres desnudas não vinha acompanhada de qualquer explicação. Não se mencionava inclusive que aquele espaço era um *ḥammām* e não um harém. A imagem fora colocada ao lado do título da obra e, sem se ler o texto, não se poderia descobrir que Mary Montagu havia afirmado que não conhecera qualquer “Corte europeia onde as senhoras teriam se comportado de modo tão educado como

nesta [Corte] estrangeira” (MONTAGUE, 1763, vol. 1, p. 160). Um século mais tarde, a imagem do *ḥammām* exposta na obra de Montagu serviria de inspiração ao pintor francês Jean Auguste Dominique Ingres (1780–1867) na composição de seu quadro *O Banho Turco* (HALSBAND, 1965, p. 162).

Letters of Lady Montagu, Berlin, 1781

Le Bain Turc, 1862, de Ingres

3.6 Do texto às representações autônomas

Tomando como base o conceito de discurso de Stuart Hall mencionado no item anterior, percebe-se que a “rede discursiva” formada pelas relações entre textos, leitores e um público social – que não necessariamente havia lido as narrativas de viagem, mas que recebia as informações derivadas delas – tanto se construía a partir de dados retirados da experiência empírica dos viajantes quanto a partir de possíveis inventividades de seus autores. Fato é, como já se discutiu, que o gênero literário de viagem alcançou a confiabilidade de seus leitores. Para tanto, muitos viajantes desejosos de publicarem a sua obra, e também os leitores, estavam “conscientes da necessidade de misturar o prazer à utilidade” (ADAMS, 1983, p. 109). Tal binômio mostrou-se característico desse tipo de literatura.

Dessa trama de referências e criações usufruíram também outros escritores e pensadores da modernidade europeia. Evi Mitsi chega a apontar a influência da literatura de viagem em “autores ingleses canônicos como [Edmund] Spenser e [William] Shakespeare” (2005, p. 2). Como demonstrou Clarence Rouillard, pensadores como Michel de Montaigne, barão de Montesquieu, Daniel Defoe e Voltaire utilizaram-se desses “viajantes para fazer comparações e obter conclusões morais, filosóficas e religiosas” (ROUILLARD, 1938 apud ADAMS 1983, p. 113). Dentre estes nomes, o que merece maior destaque é o de Montesquieu, cujo trabalho faz referência a textos como o do genovês Giovanni Paolo Marana, Charles Dufresny⁶⁸,

⁶⁸ Embora Marana e Dufresny não tivessem escrito textos de viagem, os seus livros exerceram influência sobre a obra *As Cartas Persas* [*Lettres*

e de nomes mais conhecidos, como Jean Chardin, Jean-Baptiste Tavernier, François Bernier, Jean de Thévenot, Adam Olearius e Madame de Aulnoy (p. 115).

A influência dos relatos de viagem em textos como novelas, romances, ou mesmo em trabalhos de filosofia e de política, não consistia meramente em uma apropriação literal. Ao lado do uso das observações e das reflexões desses viajantes, ocorria também a formulação das teorias deste outro grupo de autores, cujas ideias exploravam um caminho que não aquele esboçado pelo viajante. Nesse processo, as representações orais – às quais não temos acesso senão através dos próprios textos – também poderiam influir nas criações feitas por tal grupo de pensadores.

É, portanto, na passagem entre o uso das narrativas de viagem e a formulação de opiniões ou teorias, que se abre espaço a representações descoladas do real no tocante às sociedades islâmicas. As investigações a respeito de um suposto *imaginário* sobre o harém precisam, então, considerar esse processo. Como já afirmado antes, as narrativas de viagem serão tomadas como o motor da produção das imagens e também como o receptáculo de tal produção. Dito de outro modo, é em tais registros textuais que poderemos ver fixados os “esquemas e as figuras” do imaginário sobre o harém ou, em uma palavra, os seus *signos*⁶⁹.

persanes] de Montesquieu, publicada em 1721. Sobre Marana, ver Douthwaite, 1992, p. 78. Sobre Dufresny, ver Aldington, 1922, p. 361-365.

⁶⁹ Para Cornelius Castoriadis, tais esquemas e figuras se fixam em “‘suportes’ materiais-abstratos”. O primeiro indica o *isto* determinado, já o abstrato indica além “deste *isto* determinado”. Busca-se aqui partir das narrativas para se apontar o que as transcende, ou seja, o abstrato (1982, p. 381).

Dentro do grupo de viajantes, e com o aumento da produção de tais narrativas, será possível verificar *se e como* as descrições sobre o harém aparecem nas obras que lhes são posteriores. Veja-se o exemplo de François de La Boullaye-Le Gouz. Em suas *Voyages et observations*, o autor ressaltava algumas informações a respeito do serralho de Istambul, baseando-se em grande medida em um outro viajante, Michael Baudier, citado no Capítulo 1. Como Baudier já havia feito uma descrição do serralho (vinte e nove anos antes) e tal descrição possuía relação direta com as memórias que o próprio La Boullaye-Le Gouz havia elaborado, o autor não se demorou longamente nesta matéria.

Embora La Boullaye-Le Gouz tenha viajado – como está indicado na capa mesma de seu relato –, é preciso lembrar que o texto do qual ele fez empréstimo de ideias, o de Michel Baudier, é questionado quanto à apreensão empírica dos fatos. Ainda que seja assim, a apropriação de informações nesse caso era feita a partir de uma obra que partilhava estrutura e objetivos similares à obra de La Boullaye-Le Gouz. Ao lado da experiência empírica, a volumosa produção de narrativas de viagem colocava outro problema: aquele referente às fronteiras entre realidade e ficção. Nesse caso, é possível retomar o exemplo d'*As Aventuras*, de T.S. Os elementos complicadores desse texto são revelados intensamente na própria construção da narrativa, ou seja, no seu enredo.

Embora o livro de T.S. não seja dividido em capítulos, nem indique com rigor cronológico a sucessão de eventos de sua viagem, é possível acreditar que a viagem tenha de fato ocorrido. O que causa estranheza no seu relato é a forma como os episódios se desenvolvem. Como

em uma história cuidadosamente planejada, T.S. seria feito cativo, passaria por degradações, pela erotização de sua escravidão, ganharia a confiança do seu último senhor – o que contribuiria para a riqueza de ambos –, conquistando, por fim, a liberdade e o direito de retornar para a Inglaterra.

A forma em que opera o texto é também passível de questionamento. Os temas tão comuns em outras narrativas, assim como as descrições da evolução da viagem e de seus propósitos, não são claramente delimitados no seu texto. Ao invés de destacar os traços inéditos da sua obra, o autor optou por fazer uma ressalva: “Esta época em que nós vivemos tende a duvidar daquilo que não entende ou não vê acontecer diante de seus olhos”. No lugar da marcação temporal e do encadeamento entre os eventos cotidianos, tem-se, de outro modo, uma história de grande peso emocional e que pouco lembra a organização de uma narrativa de viagem. Como defende Gerald MacLean, se não totalmente ficcional, essa narrativa é muito provavelmente uma “concatenação de fatos e fantasias, e mostra como firmemente a imaginação dos leitores ingleses havia se tornado dominada por histórias de encontros no interior do Mediterrâneo Otomano” no fim do século XVII (2004, p. xiii).

Decorre daí que esse registro – que concedeu grande destaque à sexualização da sociedade moura – levanta a séria suspeita de transbordar a fronteira da narrativa de viagem e desembocar na ficção. Sobre isso, cabe citar o exemplo do viajante e dramaturgo francês, Jean-François Regnard (1655–1709). Em viagem por Bolonha, na Itália, Regnard apaixonara-se por uma “dama provençal” de nome Elvira, que era casada. Após “diversas aventuras”,

Elvira propôs a Regnard que regressasse com ela para a França. Mas antes que isso pudesse acontecer, a fragata em que eles estavam seria capturada por dois navios argelinos, em 4 de outubro de 1678. No Norte da África, Regnard seria “vendido em Argel e resgatado em 1681” (ADAMS, 1983, p. 125). Entre 1682 e 1683, Regnard escreveu um romance contando as suas experiências em uma novela intitulada *La Provençale* e que foi publicada após a morte do autor, em 1731.

À semelhança do que ocorrera com T.S. e com o próprio autor francês, Regnard criou o personagem chamado Zelmis que possuía uma amante casada, Elvira, o mesmo nome da mulher por quem se apaixonara em Bolonha. Zelmis e Elvira, assim que chegaram a Argel, foram vendidos como escravos para lugares distintos. Elvira foi comprada por um homem de nome Baba-Hassan e Zelmis caiu nas mãos de Achmet Thalem, conhecido como o homem mais cruel de toda a *Barbárie*. O ponto central da história é a sucessão de tentativas de Zelmis em conquistar e libertar a sua “bela Provençal”. O desfecho é o retorno de Zelmis e Elvira para a França, culminando na morte do marido de Elvira e na notícia de que ela passaria o resto de sua vida em um claustro, a fim de evitar tantos revezes (REGNARD, 1731, p. 106).

Para além das aproximações latentes com a obra de T.S., o que impressiona, nos dois casos, é que as aventuras poderiam – e aconteciam frequentemente – nas terras do Levante, em especial no Norte da África. Mas tão logo os episódios perigosos e extraordinários fossem resolvidos, o que restava aos personagens era o seu retorno ao país de origem. Ou seja, o Levante, após a segunda metade do

século XVII, começava a ganhar uma característica de imobilidade para que pudesse justamente ser reconhecido como tal. Essa imagem das terras ao leste e ao sul do Mar Mediterrâneo não é idêntica àquela desenhada pelos cronistas sobre a América, afinal, muitos destes viam o “Novo Mundo” como o Paraíso terrestre⁷⁰. Entretanto, há elementos que lhes são comuns. Esse lugar distante, em que aventuras são possíveis e as experiências não possuem medida – dentre elas a sexual –, podem ser citados como exemplos.

Essa busca pela “cor local” motivaria muitos viajantes, escritores e pintores europeus ao longo do século XIX. O *Oriente*, ao contrário da Europa, possuía espaço para a *imaginação*. Por tal razão, a modernização nas cidades do Levante seria reprovada pelos europeus. Em busca de um lugar aberto à imaginação, o escritor português Eça de Queirós chegou a escrever, em seu livro de viagem ao Egito, que “há ainda uma região livre, abundante e cheia nas ruas duma cidade do Oriente: o Cairo”. E por que o Cairo? Responderia ele: “o Cairo, esse, é original, é sarraçeno” (1926 apud CHACHAM, 2002, p. 132).

A partir do que foi mencionado, há que se notar que o texto de T.S. e a novela de Regnard formam um gênero particular: aquele de “narrativas de cativos na Barbárie”. Esse tipo de literatura possuía um caráter híbrido, como alerta Percy Adams, pautando-se nas reflexões de George Starr:

⁷⁰ Ao chegar às Antilhas, Cristóvão Colombo afirmou estar “convencido de que aqui é o Paraíso terrestre, onde ninguém pode chegar se não for pela vontade divina” (LEMOS, 2008, p. 22).

Starr está certamente correto em afirmar não apenas sobre a estreita relação entre os registros de cativo verdadeiro e ficcionais, mas também a impossibilidade de separar verdade de ficção em um ou ficção de verdade em outro; para cada forma de narrativa, tão frequentemente e tão bem, misturam-se o realista e o maravilhosamente exótico com o drama, o suspense, a intriga amorosa, a miséria, a moralidade e com um choque de religiões e culturas (ADAMS, 1983, p. 126).

O que a análise de Starr nos indica é que os escritores dessas narrativas – fossem eles viajantes ou não – pouco avançavam no sentido de compreender a sociedade desconhecida. Afinal, a proposta maior de tais textos era a busca pelo refinamento em torno das situações incomuns, divertidas e excitantes de seus personagens. A fidelidade em relação às experiências particulares, ou ao uso de outras narrativas de viagem, tornava-se mais pálida nesse tipo de literatura, o que nos leva a pensar que esses textos, ainda que fossem inspirados nos relatos de viagem, já não podem mais ser somente assim designados.

O enredo das narrativas sobre cativos revelava-se similar àquele empreendido pelos romancistas. Como explica Adams, sustentando-se nas posições de Kathryn Hume, há três estágios no romance típico. O primeiro deles é o que se refere à partida do herói, seguindo a chamada pela aventura. O segundo é a “iniciação”, um “caminho de provas” (1983, p. 150). E, por fim, o terceiro estágio refere-se ao “retorno do herói como mestre de dois mundos”. Os romances certamente podem ser pensados a partir de outras balizas, mas não há como negar que esses elementos se aproximam consideravelmente do percurso feito pelos personagens de T.S. e por Zelmis, nos textos citados nesta seção.

Nesse sentido, e considerando a discussão sobre as representações, é razoável classificar as narrativas de viagem em dois grandes grupos textuais. O primeiro deles engloba as produções de autores que empreenderam viagens ao Levante e, ainda que esses criassem imagens desatreladas de sua experiência real, preocupavam-se essencialmente em registrar as situações vividas. No segundo grupo, estão aqueles autores que teriam ou não viajado a terras estrangeiras e que estavam interessados em construir uma história excitante para o seu público-leitor. Nesse caso, a atenção dirigida ao estilo do texto – mais do que à veracidade das informações – era crucial para convencer ou para entreter o público.

Aliado a isso, é importante considerar as inúmeras mudanças nas representações que eram empreendidas a partir do texto, desde a sua escrita até à criação de uma imagem que lhe escapava. Como lembra Ricoeur, “o que o texto significa já não coincide com aquilo que o autor quis dizer” ([s. d.], p. 118). De fato, os autores escreviam textos que se tornavam objetos escritos – dado o seu suporte físico – e que eram consequentemente recebidos por leitores distintos uns dos outros. É justamente no espaço entre o texto e o objeto que os significados são construídos (CHARTIER, 1992, p. 10). Esse processo, embora não possa ser precisado, pode ser identificado no momento em que o texto incita representações – para além do que ele mesmo havia afirmado – e, depois, ou concomitantemente, quando as imagens ganham um tom relativamente homogêneo, disseminam-se e perduram. São essas etapas de construção que se revelam necessárias para se operar uma organização representativa no domínio imaginário.

Cabe lembrar que as narrativas – nosso ponto de partida – não são o instrumento principal de tais transformações. Elas são *um* dos meios pelos quais podemos apreender essas mudanças, pois trata-se o texto de agente e objeto desse processo de alteração de imagens. Um elemento comum a todos esses instrumentos – passíveis de promover representações sociais – é a possibilidade do surgimento e, em consequência, da validade das múltiplas interpretações que determinado instrumento pode suscitar. Contudo, dentre essas múltiplas interpretações, há que se considerar a necessidade de existir um conjunto delimitado de imagens, se quisermos pensar no imaginário de uma época.

Como já foi notado, as representações – desatreladas do real – eram tanto alimentadas na própria narrativa quanto fora do texto. Isso significa que temos dois casos de criações de imagens: (i) aquelas feitas pelos autores mesmos e (ii) criações que procediam do texto ou convergiam para ele. No primeiro caso, essa criação tanto poderia se dar de forma absoluta quanto por deslizamento, como lembrou Cornelius Castoriadis. Isso significa que uma história tanto pode ser inventada em todas as suas partes quanto pode sofrer um deslizamento, no qual os símbolos, já disponíveis, “são investidos de outras significações que não as suas significações ‘normais’ ou ‘canônicas’” (1982, p. 154). É aí que podemos apontar a diferença de intenção entre a narrativa do viajante-autor – que buscava exprimir uma experiência empírica – e aquela do escritor que poderia ter viajado, mas que transformara intensamente a descrição de sua experiência ou inventara um enredo ficcional. Importante ressaltar que, no caso de uma narrativa

derivada da viagem real, a criação de imagens descoladas do terreno empírico consistia em uma mentira, diferentemente do romance, que busca expressamente colocar as imagens no lugar do real (CASTORIADIS, 1982, p. 154).

É no segundo caso especialmente que as representações tornam-se homogêneas a ponto de se disseminarem socialmente, não estando mais atreladas a um instrumento material particular. Em outras palavras, não é somente no texto que se devem buscar as representações e o incitamento de imagens descoladas do real. O texto transforma-se em um lugar possível de formulação dessas imagens e está necessariamente relacionado à cultura letrada e, seguramente, à cultura oral de determinada sociedade. Além disso, ele se liga a outros instrumentos de produção de imagens, como uma peça teatral, uma canção ou um quadro. Para dizer em uma frase: “todos os sistemas de símbolos contribuem para *configurar* a realidade” (RICOEUR, [s. d.], p. 29), ou seja, todos os elementos citados passam a sustentar um significado simbólico-representativo.

Temos, então, a elaboração de imagens sobre o hárem em duas fases distintas. Na primeira delas, a representação – embora fosse com frequência construída a distância – era estimulada por um “objeto” que não se fazia mais presente, mas que estava vinculado a uma experiência real. Depois disso, as representações eram fabricadas não mais a partir do real, mas do real ausente, daquilo que não havia sido visto. Portanto, o imaginário – que discutirei no próximo item – é produzido por uma representação do real esboçada nas narrativas de viagem e pela transformação do significado do real ausente, do acontecimento não vivido, do não lugar. É dentro desse “jogo” de possibilidades que se abre espaço ao simbólico.

Dito isso, faz-se necessário esclarecer os conceitos de símbolo e de representação. Se Castoriadis enxergava uma ligação entre significante/símbolo e significado/representação⁷¹, Ricoeur extrapolou essa dimensão conceitual, atrelando o símbolo à imaginação. Isso ocorre porque Ricoeur fazia uma distinção entre sinal e símbolo. Em outras palavras, enquanto “no sinal linguístico, a correspondência se dá entre o significado e o significante, no símbolo, junta-se-lhe e sobrepõe-se-lhe a relação do sentido ao sentido” (AZEVEDO E CASTRO, 2002, p. 116). Isso indica que o símbolo considera o significado primeiro, literal, do signo linguístico, mas vai além, interpretando o mundo, representando-o figurativamente. O símbolo, portanto, “requer uma interpretação, porque ele diz mais do que diz; ele nunca acabará de dizer e, por isso, fomentará sempre o pensar” (AZEVEDO E CASTRO, 2002, p. 112). Há que se adicionar ainda que “os símbolos presentificam a realidade trans-conceptual que integram”, portanto, possuem um caráter sensível e não meramente alegórico como ocorre com os signos (ARAÚJO; BAPTISTA, p. 58).

A respeito do caráter sensível – e, nesse caso, material – do símbolo, há um exemplo oriundo das sociedades islâmicas que se tornou emblemático. O véu [*hijāb* em árabe], em sentido amplo, não significa nada além de uma peça do vestuário feminino muçulmano. No momento, contudo, em que os observadores externos entraram em contato com as sociedades islâmicas, descrevendo-as, este objeto foi impelido a uma categoria simbólica. A partir de então, o véu não indicaria apenas uma peça do traje da

⁷¹ Ver *A instituição e o simbólico* (CASTORIADIS, 1982, p. 142).

muçulmana, como passou a representar a submissão feminina. Sobre isso, basta lembrar a recorrência de observações dos viajantes sobre as mulheres veladas e as suas afirmações sobre o quão ausentes da vida pública elas estavam.

Se Castoriadis e Ricoeur discordam quanto ao emprego do símbolo em suas teorias, sendo o primeiro mais próximo de Stuart Hall – que vê o símbolo funcionar como um signo –, é necessário lembrar o que os concilia: a partir dos instrumentos culturais da nossa apreensão da realidade, como a “linguagem, a religião, a arte, a ciência” (RICOEUR, 2008, p. 10), os signos tornam-se meios que “significam ou representam nossos conceitos, ideias e sentimentos, de tal forma que permitem aos outros ‘ler’, decodificar ou interpretar o seu significado praticamente da mesma forma que nós fazemos” (HALL, 1997, p. 5). Nesse processo de leitura do mundo, a linguagem guarda um papel proeminente, uma vez que qualquer sistema representacional se utiliza dela para expressar o seu significado.

Pode-se afirmar, então, que a partir dos símbolos disponíveis na sociedade os indivíduos constroem as suas representações e, uma vez que esse processo ocorre por meio da linguagem, é ela que nos permite relacionar símbolo, representação e imaginário. Portanto, verifica-se o quão ligado está o discurso – escrito ou oral – aos símbolos presentes em uma sociedade⁷². Isso vale para as sociedades aqui estudadas, mas também para as sociedades contemporâneas. Antes de caminharmos para o item dedicado ao imaginário propriamente dito, é preciso estabelecer uma

⁷² Castoriadis afirmava que “o discurso não é independente do simbolismo”. Mas isso não equivale sustentar que ele seja fatalmente submetido ao simbolismo. O que o discurso visa é um sentido que possa ser “percebido, pensado ou imaginado” (1982, p. 169).

última baliza: o imaginário não é um equivalente puro e simples da representação. A representação – etimologicamente aquilo que se faz presente ou manifesto ou presente novamente (PITKIN, 1967, p. 241) – é uma imagem do que se deseja reproduzir. Trata-se justamente de tornar presente aquilo que se faz ausente. O imaginário necessita das representações para se constituir, mas vai além desse recurso. Passemos, por fim, ao debate sobre o imaginário.

3.7 Do imaginário

Após a sistematização da estrutura interna da narrativa e de como ela contribui para a construção da homogeneidade de representações, da partilha de tais representações e de sua circulação/extensão temporal, cabe pensar na organização social dessas imagens. Ou seja, considerando que as imagens sobre o harém guardavam uma nítida semelhança nos vários textos de viagem e que se preservaram ao longo dos séculos XVII e XVIII, é necessário que se busque responder: este conjunto de elementos foi capaz de incitar e alimentar um imaginário sobre o harém? Esta questão será levada ao limite na obra do médico inglês William Lempriere, o último autor da série de narrativas de viagem aqui selecionada, tema de discussão do Capítulo 4.

Para que o imaginário se construa, é necessário que (i) uma sociedade se veja como uma coletividade e que (ii) haja razões estimulantes o suficiente para fomentá-lo. O primeiro elemento tem em seu cerne a noção de identidade, como revelou Castoriadis. Isto é, como uma sociedade se percebe, como se relaciona com o mundo, com

os objetos nele contidos (1982, p. 177). Na matéria em questão, há que se considerar a construção da identidade europeia em relação ao Levante e, por conseguinte, como os europeus enxergavam e organizavam as características verificadas nas sociedades islâmicas, tópico este tratado no Capítulo 2. O segundo vetor é, de uma só vez, simples de ser levantado, mas bastante difícil de ser explicado. A afirmação de que todas as sociedades possuem a necessidade de se alimentar, habitar, relacionar-se é de seguro entendimento, uma vez que podemos verificá-la reiteradamente ao longo da história e do próprio modo de ser da sociedade que nos é contemporânea. O esforço será, de outro modo, tentar elucidar as razões das necessidades reais – e também não racionais – que poderiam levar à construção do imaginário.

O primeiro elemento, a coletividade, já era encarado por Castoriadis como uma construção no domínio do imaginário, afinal, a maneira como uma sociedade se descreve e como é ela conhecida por outras sociedades não é um mero recurso externo. O nome de uma coletividade histórica não se limita a *denotar*, mas, além disso, possui a tarefa de *conotar* tal sociedade, dado que esta conotação fia-se a um significado que não é nem pode ser real ou racional, mas imaginário (1982, p. 178). Não será incomum, portanto, como já citado anteriormente, verificar que os viajantes se autodeclaravam europeus e que o faziam porque, na visão deles, havia elementos que eram particulares a tal sociedade. Buscando ou não justificar as suas posições, o fato é que a contraposição do modo de ser *europeu* e do *islâmico* – feita pelo primeiro – resultava não

raras vezes na afirmação da superioridade do primeiro e do atraso do segundo.

O segundo vetor ajuda-nos a delinear o processo de idas e vindas nas representações sobre o harém islâmico. Se, apesar de tratar-se de necessidade primária – como é o caso da alimentação –, os fatores racionais não conseguem gerar explicações suficientes⁷³, isso fica ainda mais evidente quando o objeto em questão é o harém, afinal, as representações sobre o harém podem abarcar tanto motivos de ordem prática quanto elementos assentados em significações individuais e sociais. Mesmo as intenções práticas encontram raízes nessas últimas significações, pois as simbologias construídas a partir de um objeto – ou antes dele – fazem parte de um “sistema de significações imaginárias” que, como alertava Castoriadis, “valorizam e desvalorizam, estruturam e hierarquizam” este conjunto de objetos (1982, p. 181). Até mesmo a ausência de tais objetos poderia ser um indício de uma organização simbólica.

Em meio a essa amplitude de significados, o que poderia, então, tornar a existência do imaginário explícita? Castoriadis responde a tal questão ao anunciar a presença de “*um* sistema simbólico” que estabelece “relações canônicas prevalentes” e orienta em *uma* única direção, em meio a tantas possíveis (1982, p. 192). Se o imaginário na sua forma ideológica explica-se melhor por um comportamento hierárquico de construção e disseminação das representações, o imaginário tratado aqui não se institui

⁷³ A simples inscrição dos alimentos em padrão nutricional e não nutricional já indica o sentido cultural atribuído a tais escolhas, afirmava Castoriadis (1982, p. 181).

de maneira imposta, mas partilhada; ainda que certa representação canônica possa ser usada para fins bem delimitados como se poderá ver adiante em relação aos cosméticos na França, nos séculos XVII e XVIII.

O imaginário não pode ser visto simplesmente como oposto ao racional. Pois, como se mostrou até agora, as representações esboçadas pelos viajantes se ancoravam em imagens anteriores, circulantes na sociedade em que eles escreviam. Nesse sentido, o seu conceito deve abarcar tanto o reino das construções abstratas quanto aquele em que se desenrolavam as experiências empíricas. Sendo assim, cabe citar uma proposta de conceituação feita pelo filósofo francês Jean-Jacques Wunenburger:

Conviremos, portanto, em denominar imaginário um conjunto de produções, mentais ou materializadas em obras, com base em imagens visuais (quadro, desenho, fotografia) e linguísticas (metáfora, símbolo, relato), formando conjuntos coerentes e dinâmicos, referentes a uma função simbólica no sentido de um ajuste de [significados] próprios e figurados (2003, p. 11)⁷⁴.

A discussão sobre o imaginário, partindo da definição de Wunenburger, coloca de imediato duas questões: aquela relacionada às imagens produzidas no indivíduo e a que se refere às imagens que lhe são exteriores. Para Aristóteles, a imaginação se definia como “um movimento derivado da atividade da sensação”, ou seja, trata-se da capacidade de formar imagens para si mesmo (2006,

⁷⁴ Para evitar a repetição de “sentido” na mesma oração, conforme consta da tradução, optei por “significados”, assinalando esta mudança entre colchetes.

p. 212). O imaginário, contudo, não se resume a uma atividade individual. É certo que o indivíduo contribui para a formação do imaginário, mas a soma das imagens individuais não desemboca na formação do imaginário coletivo.

Castoriadis reconheceu essa interação recíproca entre indivíduo e sociedade quando afirmou que o “papel criativo” da imaginação no indivíduo “pressupõe sempre o campo social instituído e os meios que ele fornece” (1982, p. 305). Mas ele completava tal ideia, afirmando que a criação imaginária não tinha a necessidade de estar atrelada a “conceitos” ou a “representações para existir” (p. 171). Considerando essa premissa, seria o caso de se perguntar: (i) por quais canais seria possível apreender a existência do imaginário e (ii) se o imaginário não se prende a qualquer referência cotidiana ou sensível, como se poderia verificar a sua existência?

Nesse sentido, parece razoável pensar que nem todo símbolo implica uma possibilidade de criação do imaginário, mas que este busca o seu lugar de representação através do símbolo. Não é possível dizer, por suposto, que todas as criações do imaginário possam ser apreendidas pela seleção e leitura dos símbolos. Todavia, em algum momento da extensão temporal que abarca a existência do imaginário, as representações poderão ser reconhecidas em símbolos sensíveis da sociedade que fomentou tal imaginário. Isso nos permitiria encontrar marcações representativas em vários objetos: textos, pinturas, fotografias, vestimentas, arquitetura. O discurso textual é, portanto, apenas uma dessas possibilidades.

Essa interpretação está mais próxima de Ricoeur que, ao abordar o pensamento de Clifford Geertz,

posicionava-se a favor do caráter *público* do símbolo. Então, defenderia ele que “o simbolismo não está no espírito, não é uma operação psicológica destinada a guiar a ação, mas uma significação incorporada à ação e decifrável nela pelos outros atores do jogo social” (RICOEUR, 1994, tomo 1, p. 92). Decorre daí que o conteúdo simbólico produzido por um sujeito deve fazer referência “à sua experiência do mundo, à vida humana”, ou, do contrário, as imagens no indivíduo seriam indecifráveis e não se conseguiria afirmar que as imagens sociais possuem qualquer relação com o que é fomentado pelo indivíduo. Nesse caso, toda imagem social “permaneceria fechada, ininteligível, à semelhança de um código do qual não saberíamos a chave” (ARAÚJO; BAPTISTA, 2003, p. 31).

É a partir desse pressuposto que as narrativas de viagem são entendidas. Como as imagens não são fechadas nem em um indivíduo, nem em um objeto, as marcas simbólicas serão evidenciadas no texto, em algum momento de sua elaboração. Nesse caso, os três estados possíveis da narrativa, quais sejam, a descrição da experiência do real, um lugar de verossimilhança do real ou a forma ficcional, implicam a presença de dados *plausíveis* na sua construção e geram, por sua vez, representações simbólicas sobre tais dados. Haveria, portanto, três momentos na construção do texto: a captação da experiência real, a representação dessa experiência na narrativa e, por fim, o significado que tal representação gerava quando lido. A separação entre o significado literal e o simbólico não será assim entendida por aquele que participa do “sentido simbólico”. O movimento seria único: aquele que transfere o sentido de um nível para o outro, assimilando-o em uma segunda significação através do literal (RICOEUR, 1999, p. 68).

Decorre disso que o sujeito social pode criar significações singulares sobre um objeto⁷⁵. Mas os significados simbólicos criados estarão atrelados de alguma forma ao meio coletivo, isto é, as imagens formuladas por este sujeito serão constituídas a partir dos recursos sensíveis ou conceituais disponíveis na sociedade. Como escreveu Castoriadis, “para que uma significação social imaginária exista, são necessários significantes coletivamente disponíveis” (1982, p. 175), e estes devem transcender os significados encontrados apenas no indivíduo. Postura semelhante pode ser lida em Bronislaw Baczko, quando ele afirma que “só é possível comungar ou comunicar entre os homens através de símbolos exteriores aos estados mentais individuais, através de signos posteriormente concebidos como realidades” (BACZKO, 1985, p. 306).

O imaginário é esta produção de significados elaborada e apreendida socialmente. Ou seja, ainda que as representações simbólicas sejam feitas pelo sujeito em particular, elas não são independentes das influências recíprocas que se constroem no espaço coletivo. Dito de outro modo, trata-se de uma rede de relações na qual as representações podem ser suscitadas por uma narrativa de viagem que está, por sua vez, condicionada a outras narrativas ou envolta por imagens sociais existentes antes do advento do texto em questão.

Nesse sentido, é possível anunciar que qualquer significação está minimamente colada tanto às referências

⁷⁵ Uma preocupação fundamental de Castoriadis era a essência das imagens e a sua manifestação no *indivíduo*. Para tanto, o autor partirá do pressuposto de que a “representação só pode formar-se na e pela psiquê” (p. 324). Ver capítulo VI (1982, p. 315-383).

sensíveis ou materiais – no nosso caso, as narrativas – quanto aos símbolos. As imagens que são construídas nesse processo são, de uma só vez, assimiladas e fabricadas pelos leitores de primeira ordem – aqueles que tinham acesso direto ao texto – e pelos leitores de segunda ordem, que recebiam as informações através de outros meios, contudo, ainda assim, não deixavam de conhecê-las. Sendo assim, as significações concebidas nesse percurso iam além do que escrevia cada viajante-autor, individualmente, e do que pensava cada um daqueles que tomava conhecimento do conteúdo do texto.

Eis, portanto, os fios que se encontram e costuram a trama do imaginário social: as bases sensíveis ou materiais – neste caso particular, os relatos de viagem –, cujo conteúdo fazia referência tanto à experiência do autor quanto à viagem de outros viajantes-escritores; os leitores diretos e indiretos; os símbolos; e, por fim, as significações construídas sobre o tema em questão, isto é, o harém islâmico. Todos eles eram agentes e sujeitos, no sentido de que contribuíam para criar, fomentar ou transformar as representações sociais.

A discussão sobre esses agentes que constroem, interferem e são influenciados pelo texto deve ser suscitada tanto pela interpretação dos recursos internos ao texto – a partir da hermenêutica – quanto pelas modificações que o seu sentido sofre no momento em que é recebido pelo público. Como escreveu Ricoeur, “a tarefa da hermenêutica” é, pois, “reconstruir o conjunto das operações pelas quais uma obra eleva-se do fundo opaco do viver, do agir e do sofrer, para ser dada, por um ator, a um leitor que a recebe e assim muda seu agir” (RICOEUR, 1994, tomo 1, p. 86).

Aliado a essa dinâmica interna do texto, Ricoeur chamava a atenção sobre o poder que a obra possui, projetando-se “fora de si mesma, gerando um mundo” ([s. d.], p. 7).

Já se fez notar que o imaginário não é o mero oposto do racional. Não sendo puramente uma “faculdade antitética da razão”, as imagens daí derivadas não se constroem ao acaso, “por simples fantasia” (ARAÚJO; BAPTISTA, 2003, p. 144). Sendo dessa maneira, as imagens criadas sobre o harém se prestaram a usos que transcendiam as construções abstratas. Em outras palavras, as representações simbólicas sobre esse objeto manifestaram-se tanto em fenômenos de atribuições sociopolítico-econômicas quanto em formações estético-literárias – tomando-se aqui o caso das novelas, dos romances e das peças teatrais.

Em relação ao primeiro caso, deve-se citar o curioso processo envolvendo a venda de cosméticos na França ao longo dos séculos XVII e XVIII. Com a crescente intromissão negativa de médicos e de outros escritores no tema do uso de cosméticos pelas mulheres⁷⁶, os vendedores desses produtos passaram a empregar uma pretensa imagem do harém a seu favor. Alegando que os cosméticos usados pelas mulheres do harém eram tão naturais quanto possível – argumento que se baseava na reputação das circassianas e georgianas, “as mulheres mais bonitas e mais brancas atrás das portas fechadas” (MARTIN, 1999, p. 199) –, os vendedores buscavam convencer o público-consumidor francês de que tais produtos eram confiáveis.

⁷⁶ Ao lado dos malefícios químicos dos cosméticos, havia também uma extensa discussão sobre como estes contribuía para tornar a mulher não virtuosa, dissimulada. Sobre isso, ver Martin, 1999, p. 112-121.

Contraposta à pureza cosmética das mulheres no harém, a artificialidade da maquiagem usada pelas francesas havia sido notada pela própria Mary Montagu que ressaltava o seu caráter nauseante e a sua antinaturalidade nas pinturas (MONTAGUE, 1763, vol. 3, p. 118).

Já na ficção, encontramos a crença na beleza das mulheres guardadas no harém. Na obra *Cartas Persas* de Montesquieu, publicada em 1721, uma das mulheres que compunham o serralho persa, Fatmé, escrevia a seu amado Usbek, o senhor de tal serralho, e que partira para a França havia dois meses: “não penses que a tua ausência me fez negligenciar a beleza que é cara para ti [...]. Eu não me deito sem me perfumar com as essências mais deliciosas” (MONTESQUIEU, 1735, p. 20). Ainda que as mulheres persas fizessem uso de maquiagens e perfumes, a sua virtude mantinha-se intacta, imaculada, diferentemente do que se via entre as mulheres da Europa.

Ao lado da beleza, outro tema de destaque nas *Cartas Persas* era a prisão a que tais mulheres estavam sujeitas. Os “muros do serralho” – termo empregado por Montesquieu como equivalente à palavra harém – tornavam esse espaço uma verdadeira prisão. Na *Carta LXXV*, uma mulher declarava para a irmã que estava no serralho: “os muros que te mantêm trancada, estes ferrolhos e grades, estes miseráveis guardas que te observam – tudo isso me enfurece” (MONTESQUIEU, 1735, p. 61). Por tal razão, o harém tornava-se um espaço contraditório que conseguia incitar imagens de prisão e de convento, afinal, em ambos, a vida dos personagens que os habitavam era “altamente regulamentada e muito rígida” (THOMAS, 1978, p. 37).

Como se pode verificar nesses exemplos, a construção de significados dentro do imaginário não é arbitrária. Como lembrou Castoriadis, “o que é ‘selecionado’ só o é em função e a partir da organização do mundo estabelecido pela sociedade” (1982, p. 399). Não se pode, por suposto, precisar o caminho percorrido pelas imagens e a sua emancipação em relação aos suportes físicos ou sensíveis, mas é possível verificar a apropriação e o intercâmbio de tais imagens em fontes diversas dentro de um dado período de tempo. Verifiquemos um último exemplo da “rede de referências” estimulada pelas narrativas de viagem, nesse caso, por uma peça de teatro francesa.

O fato de Mary Montagu conhecer a obra do diplomata inglês Paul Rycout (1629–1700), que assumiu o posto de cônsul em Esmirna [Izmir, na Turquia], não consiste em novidade, uma vez que tal obra a interessava diretamente. O que é importante nesse caso são as relações suscitadas a partir deles. Montagu citou, na *Carta XLIX* de seu texto, que havia assistido à peça teatral *Bajazet* (1672) de Jean Racine. O dramaturgo francês, que jamais visitara Istambul, amparava-se tanto em outros autores de teatro, como Jean Mairet e Tristan L’Hermite, quanto no próprio Paul Rycout (TOPPING, 2004, p. 99). *Bajazet* é uma tragédia em cinco atos inspirada na história do sultão Murad IV, que reinou entre 1623 e 1640, e mandou assassinar três de seus irmãos, dentre os quais estava Bayezid [Bajazet] (CARSTEN, 1961, p. 505).

Embora Montagu afirmasse que a tragédia de *Bajazet* era muito bem representada, é preciso lembrar que nesta peça o harém era relacionado ao “poder absoluto, à intriga e à transgressão” (HARRIGAN, 2008, p. 167). Contudo,

no seu texto, Rycaut conceituava o harém mais como o espaço de convívio de rapazes do que como um local de reclusão feminina. Nas suas próprias palavras, no Serralho, pessoas de eminente grau eram seduzidas por este tipo de amor, ou seja, por jovens homens (RYCAUT, 1682, p. 61). Embora Rycaut não tenha acentuado a presença da sexualidade feminina no palácio otomano, ainda assim Racine optou por ressaltar o ciúme e as rivalidades entre as “mulheres ociosas no harém Oriental” (TOPPING, 2004, p. 100). Isso nos indica que as imagens sobre o harém islâmico não refletiam necessariamente o que veiculavam os relatos, e se mostravam autônomas em relação a essas fontes materiais.

Na peça de Racine, é Roxana, a favorita do sultão Murad IV [Acomat na peça], quem recebe a ordem para executar Bajazet. Ela, todavia, não pôde colocar em prática a recomendação do sultão porque havia se apaixonando por Bajazet. É no exemplo de Roxana que a emancipação das significações em relação aos seus suportes literais pode ser apreendida de maneira ainda mais enfática. Roxana não era apenas uma personagem de Racine. Ela era a esposa do sultão Sulaymân, o Magnífico, que reinou de 1520 a 1566. Filiz Turhan afirma que o nome da sultana possuía “conotações de sexualidade, poder e intriga orientais” (2003, p. 30). Entretanto, antes de abordar o tema da sexualidade islâmica, é preciso circundar os elementos principais da história dessa personagem.

Roxana ou Roxalana, a sultana Hürrem, teria nascido na Polônia por volta de 1505. Já no palácio otomano, ela convencera o sultão a se casar legalmente com ela, o que não ocorria havia anos. Não se pode precisar o

número de filhos gerado pelo casal. Leslie Peirce, contudo, acredita que tenham sido seis (1993, p. 60). Fato é que Sulaymân já possuía um herdeiro mais velho, Mustafa. A execução do herdeiro de Sulaymân em 1533 – ordenada por seu próprio pai – fez com que a responsabilidade por essa morte fosse atribuída tanto a Roxana quanto ao seu genro, Rustem Pasha (YERMOLENKO, 2010, p. 12). A motivação para isso era evidente: Roxana buscava usurpar o trono de Mustafa em benefício de um de seus próprios filhos. Ogier Ghiselin de Busbecq (1522–1592), escritor, herborista e diplomata flamengo, que serviu como embaixador no Império Otomano, escreveu em seu relato de viagem que Roxana fazia uso de feitiços para seduzir o sultão (YERMOLENKO, p. 8). Por tais razões, Roxana tornou-se “infame não apenas na história turca, mas também nos escritos ingleses” (p. 49).

Considerando a sua força e ambição política, seria pouco razoável pensar que Roxana pudesse estimular conotações marcadamente sexuais e luxuriosas nas mentes europeias. Entretanto, foi isso o que aconteceu. As suas pretensões dentro do palácio otomano transformaram-se em matéria-prima para que Daniel Defoe (1660–1731) escrevesse um romance sobre ela⁷⁷. Na obra homônima de 1724, Roxana, após ser abandonada por seu marido e deixada com cinco filhos, tornou-se uma cortesã que adquirira tal pseudônimo por apresentar-se como dançarina vestida com roupas turcas para plateias em Livorno, na Itália.

⁷⁷ O título original acrescentava após “Roxana”: *The Fortunate Mistress or a History of the Life and Vast Variety of Fortunes of Mademoiselle de Bebeau* (KASTAN, 2006, p. 132).

Não surpreendentemente, Srinivas Aravamudan declarou que “a palavra ‘Roxana’ foi submetida a uma mudança de sentido: de ‘rainha turca’ para ‘prostituta de alta-classe’” (apud KASTAN, 2006, p. 144). É certo que o romance de Defoe pode suscitar reflexões que transcendem as características de sua personagem principal. Contudo, uma mudança de sentido como essa é crucial para se apontar a presença de um imaginário sexual sobre o Levante.

A partir dos exemplos citados, duas premissas do imaginário tornam-se evidentes. A primeira delas diz respeito ao vínculo estabelecido entre o imaginário e as obras, sejam estas “mentais ou materializadas” (WUNENBURGER, 2003, p. 26). A relação que se constrói entre essas imagens no interior do sistema imaginário é profunda o bastante para (i) organizá-las e (ii) criar e manter um sentido unificador. A segunda premissa indica a emancipação a que está sujeito o imaginário, à medida que as imagens extrapolam uma determinação literal original e contribuem, por conseguinte, para a “invenção de um conteúdo novo” (p. 11). Eis o processo que revela a introdução de uma dimensão simbólica.

Como pudemos observar até aqui, o processo de construção das imagens europeias sobre o Levante não se resumiu em um percurso linear, livre das contradições daqueles que o fomentaram. Dito de outro modo, a constituição de um imaginário sobre os povos islâmicos amparou-se em razões múltiplas e não em um único e exclusivo motivo. Neste percurso, pôde-se verificar que as imagens sofreram mudanças, questionamentos, confirmações e retificações. O que se pode concluir desse processo – com o grau de certeza que as fontes empíricas conseguem nos

atestar – é que determinadas imagens sobre as sociedades islâmicas revelaram-se uniformes e frequentes ao longo do período moderno. O caráter acentuadamente sexual dos muçulmanos é uma delas.

Após o exame das quinze narrativas de viagem citadas nos Capítulos 1 e 2 e da discussão de como as imagens construídas nos textos contribuíram para se pensar o imaginário sobre o harém islâmico, caberá por ora focar na obra do último escritor de viagem desta seleção. William Lempriere é, temporalmente, o autor mais recente dentre os mencionados aqui e o único que deixou registrado na capa de sua obra o privilégio de ter entrado em um harém. Isto se deveu, em um primeiro momento, à função profissional desempenhada por ele, qual seja, a de médico-cirurgião. Nesse sentido, a questão que se coloca imediatamente e que será matéria de discussão do Capítulo 4 é: por que um médico europeu gozava de uma posição de destaque em uma determinada sociedade islâmica? Esta pergunta deverá ser respondida tendo-se como horizonte os quase dois séculos de fomentação de imagens sobre o harém e as aproximações e diferenças entre a Europa e o Levante no que tange em especial à ideia de ciência médica.